

# Tribuna da Luta Operária

ANO VII - Nº 250 - DE 27 DE JANEIRO A 02 DE FEVEREIRO DE 1986

Cr\$ 2500

## Grande vitória no I Congresso TRABALHADORAS MOSTRAM SUA FORÇA

Um acontecimento inédito no movimento sindical e feminino brasileiro: mais de 3 mil mulheres, representando perto de meio milhão de entidades de todo o país, reúnem-se em São Paulo para exigir seus direitos, programar sua luta e dar um salto em sua organização. O Congresso e os instrutivos depoimentos de vários participantes estão nas páginas 9 e 10.

### Jânio ameaça os funcionários até com o Exército

O pequeno ditador da prefeitura de São Paulo proíbe manifestações. Pág 3



Foto: César Diniz

DIÁLOGO

### Ainda o FMI

“O Brasil não aceita monitoramento de sua economia pelo FMI”. Esta frase tem sido repetida por diversas autoridades governamentais e expressa o sentimento da imensa maioria dos brasileiros. Mas entre as palavras e a realidade ainda existe uma enorme distância. Na prática os credores continuam exercendo influência decisiva em nossa política econômica, diretamente, via FMI e por outros meios.

Em função da dívida externa, o governo liberou escandalosamente a especulação com os preços do café, a tal ponto que o trabalhador que ganha salário mínimo tem o direito apenas de tomar quatro cafezinhos por dia (Cr\$ 5 mil cada um), consumindo com isto toda sua renda mensal. Também por imposição da dívida, já está em curso a privatização da Mafersa e de outras empresas estatais - um verdadeiro crime de traição nacional, uma vez que coloca ao alcance do capital estrangeiro setores essenciais da indústria. E, com o aplauso dos entreguistas mais desavergonhados, o sr. Antônio Ermírio de Moraes propôs, numa reunião de empresários com o presidente da República, que os bancos credores transformassem parte da dívida em capital de risco, comprando ações preferenciais das empresas siderúrgicas nacionais.

Enquanto isto acontece, a imprensa noticia que nesta sexta-feira, dia 24, chega ao Brasil um grupo de seis funcionários dos bancos credores para acertar a rolagem dos empréstimos vendidos e não pagos em 1985. Note-se bem que esta “rolagem”, apregoada como uma grande vitória, é referente ao principal da dívida. Os juros destes créditos estão sendo pagos religiosamente e constituem o lucro dos banqueiros.

O governo proibiu, com o apoio dos patriotas, que as missões do FMI vasculhem as contas nacionais. Mas como não ataca o centro do problema, temos que engolir estes funcionários, que

fazem parte de uma comissão de assessoramento para a renegociação da dívida”. Qual é a vantagem em mudar o nome dos representantes do imperialismo que bisbilhotam os orçamentos e planos econômicos?

O povo não pode ser ludibriado com frases de efeito. É um relativo avanço o governo exigir mais independência na definição das orientações econômicas. Mas se continuamos dirigindo toda a economia para o pagamento dos 100 bilhões de dólares da dívida externa, esta independência é meramente formal. Mesmo sem que as missões do FMI se intrometam diretamente na formulação das diretrizes governamentais, todos os planos são elaborados em função das exigências dos banqueiros internacionais. E uma ou outra concessão obtida, a redução de alguns pontos nas taxas de juros, o adiamento por alguns meses de certos pagamentos, nada disto livra o país da escravização ao capital estrangeiro. Não nos exime de continuar pagando bilhões e bilhões de dólares de uma dívida que a nação na verdade não deve.

Os trabalhadores e todos os patriotas que defendem as conquistas da Nova República não podem se calar diante desta situação calamitosa. Urge que, por todo lado, levantem a voz para exigir medidas concretas em defesa da soberania da pátria. As empresas estatais constituem patrimônio inalienável. As riquezas aqui produzidas devem ser empregadas para proporcionar progresso social, eliminar a miséria e assegurar um desenvolvimento econômico independente.

Para adotar estes procedimentos o governo terá certamente que enfrentar imensas pressões dos reacionários. Mas, se capitular aos poderosos, estará escolhendo a rota de opressão ao povo e de maior submissão ao imperialismo. E ficar contra o povo é condenar-se ao fracasso.



### Nova lei dá cadeia para torturador e golpista

O deputado federal Aldo Arantes comenta a “Lei de Defesa do Estado Democrático”, proposta pelo ministro Fernando Lyra, que pela primeira vez prevê penas para as torturas, golpes e conspirações, entre outros crimes. Página 3

### Vereador comunista não se vende

João Bosco, do PC do B de S.J. dos Campos, desmente calúnias e mostra provas. Pág 4

### A indústria ferroviária corre perigo

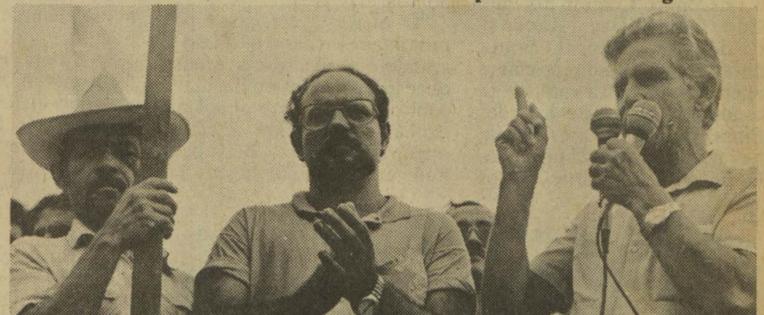
Venda da Mafersa cria sério risco de desnacionalização. Pág 4

### Uma reforma agrária assim não satisfaz

Líderes sindicais do campo criticam os planos divulgados. P.6

### Povo rende homenagem ao líder assassinado

O deputado Aurélio Peres relata à TO como foi a comovente homenagem do dia 18 ao dirigente sindical camponês João Canuto, assassinado numa tocaia pelo latifúndio. Pág. 6



## CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Aurélio Peres (à direita) assiste à manifestação de 4 mil pessoas

# Briga de camarilhas pelo poder no Iêmen do Sul

Desde o último dia 13, uma situação confusa se estabeleceu no Iêmen do Sul, onde uma tentativa de golpe foi deflagrada por altos dirigentes do Estado e do Partido Socialista Iemenita. Até o momento em que fechávamos esta edição, não se havia definido o resultado dos combates e uma pergunta ficava no ar: que interesses motivam as facções rivais?

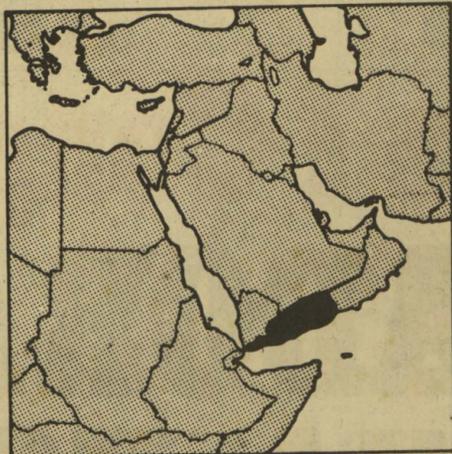
O Iêmen do Sul está situado ao sul da península arábica, numa estratégica posição que lhe permite controlar a passagem do mar Vermelho para o oceano Índico por onde escoam o petróleo do Oriente Médio. Seus 2 milhões de habitantes concentram-se no campo (62%) e fazem da agricultura a principal atividade econômica, ocupando 45% da população economicamente ativa, contra apenas 10% da indústria.

### INDEPENDÊNCIA INACABADA

O Iêmen do Sul exporta derivados de petróleo, algodão cru e couros e importa veículos, tecidos e alimentos. Sua balança comercial é deficitária, e o país acumula uma dívida externa de 90 milhões de dólares. Este perfil de dependência se completa com os dados disponíveis sobre a situação social: a mortalidade infantil alcança a cifra de 80 em cada mil nascimentos; a expectativa de vida dos sul-iemitas para o período de 1975 a 1980 era de 40 anos; e o analfabetismo seria de 90%.



Mohamed, o presidente golpeado



A independência do Iêmen do Sul foi conquistada, após anos de lutas guerrilheiras conduzidas pela Frente de Libertação Nacional, em 1967, quando as tropas colonialistas inglesas se retiraram definitivamente. Desde então, o país seguiu um rumo confuso, sem uma direção sólida, marcado pelas disputas entre facções rivais, ao que tudo indica motivadas por antigas diferenças tribais.

Dois dos principais líderes da FLN, que hoje se enfrentam nas ruas da capital, Aden, foram o atual presidente Ali Nasser Mohamed e o ex-presidente e atual presidente do PSI Abdul Fatah Ismail. Os dois promoveram juntos, em 1978, a derrubada do presidente Salim Ali Rubaya. Mohamed foi nomeado provisoriamente chefe de Estado, mas em dezembro era substituído por Ismail, que em outubro conquistara a direção do nascente Partido Socialista Iemenita.

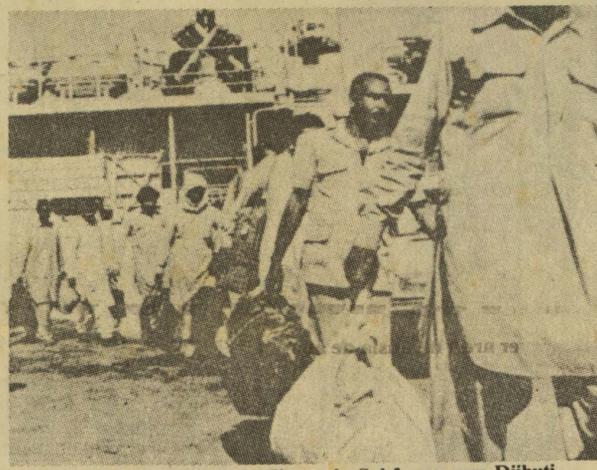
### LUTA PELO PODER

As disputas entre Mohamed e Ismail prolongam-se desde então, tendo levado o ex-presidente à renúncia e ao exílio na União Soviética, em 1980, quando o então primeiro-ministro Mohamed voltou à presidência. Ismail retornou da URSS em março de 1985 e, graças a gestões soviéticas, estabeleceu-se novamente na direção do PSI. Ao contrário do que se anunciou, no

entanto, a luta pelo poder entre Mohamed e Ismail só fez aguçar-se, culminando na tentativa de golpe patrocinada pelo ex-presidente no dia 13.

As informações controversas não permitem uma avaliação clara do caráter do movimento liderado por Ismail. A participação de milicianos de variadas partes do país permite deduzir que se trata de conflitos de raízes tribais: as tribos do norte e leste somam-se aos rebeldes, enquanto as de duas outras províncias combatem ao lado do presidente Mohamed.

Outras pistas são dadas, por exemplo, pelo primeiro-ministro sul-iemita, que se encontrava na Índia no dia 13 e permanece retido em Moscou.



Estrangeiros que estavam no Iêmen do Sul foram para Djibuti

Lamentando os acontecimentos, eles atribuíam-os a "forças estrangeiras ainda não identificadas". Já os rebeldes, em comunicado divulgado pela rádio de Aden, anunciaram "o fortalecimento de seus laços estratégicos com os países socialistas, especialmente a URSS".

### JOGO DUPLO

A União Soviética, de fato, tem grande influência sobre o Iêmen do Sul. Em 1979, os dois países assinaram um tratado de amizade e cooperação, válido por 20 anos, pelo qual até 18 mil soldados soviéticos poderiam ser acantonados no Iêmen do Sul, onde a URSS mantém duas bases militares. A tentativa empreendida por Ali Mohamed de aproximar-se de países árabes alinhados aos EUA - como a Arábia Saudita, com quem restabeleceu relações diplomáticas em 1983 - é uma das razões apontadas pela imprensa mundial para o golpe.

Apesar dos apelos filo-soviéticos dos golpistas, a URSS não parece disposta a "sujar a mão" na luta entre Mohamed e Ismail. Como quem faz o jogo do "cara eu ganho, coroa você perde", os social-imperialistas admitem que o país vive uma "situação complexa" e parecem aguardar uma definição dos combates para tomar, então, o partido da facção vencedora.

### General Mejia Victores anistia torturadores

O democrata-cristão Vinicio Cerezo Arevalo tomou posse no último dia 14 fazendo duras críticas aos governos militares anteriores que deixaram o país na bancarrota em que se encontra, pelo abuso do poder, a intolerância e "uma total falta de moralidade e princípios". O novo presidente eleito mencionou também as "milhares de vidas guatemaltecas que caíram nessa espantosa voragem de violência fratricida", embora tenha-se manifestado contrário, desde a sua campanha eleitoral, à punição dos culpados pelas milhares de vítimas da repressão política desencadeada no país nos últimos 20 anos.

Aliás, para ajudar Cerezo na sua proposta aos guatemaltecos para que se unam no "desejo de superar a terrível herança de desconfiança e medo", seu antecessor, o general Oscar Mejia Victores promulgou uma anistia "a toda pessoa responsável ou suspeita de ter cometido delitos políticos e comuns conexos durante o período compreendido entre 23 de março de 1982 e 14 de janeiro de 1986", que entrou em vigor no dia da posse do novo governo. A impunidade aos militares guatemaltecos, conhecidos mundialmente pelas arbitrariedades contra os camponeses e opositores políticos fortemente condenada pelos grupos de direitos humanos, que os responsabilizam pelo "desaparecimento" de 40 a 100 mil pessoas nas duas últimas décadas.

### Nicarágua amplia a reforma agrária

Durante cerimônia, no dia 11, em que anunciou a ampliação da lei de reforma agrária de 1979, o presidente Daniel Ortega entregou a alguns camponeses presentes e "título da reforma agrária" e um fuzil "para que defendam suas terras".

A nova legislação permite ao governo sandinista expropriar as propriedades abandonadas ou mal cultivadas de menos de 500 hectares para distribuição entre os camponeses sem terra ou expulsos das zonas de guerra do Norte do país, onde os contra-revolucionários semeiam o terror entre a população. Pela lei de 1979, eram passíveis de expropriação apenas as propriedades com mais de 1.500 hectares na região do Atlântico e mais de 500 hectares na região do Pacífico.

### Vítimas da repressão do ditador Pinochet

O jornal "Adelante", periódico do Partido Comunista Chileno (AP), traz alguns dados estarrecedores sobre a ditadura militar de Augusto Pinochet: mais de 30 mil chilenos assassinados; só em 1984, foram detidas e torturadas por razões políticas 39 mil pessoas; mais de 2.500 chilenos desapareceram; e um cada quatro trabalhadores está desempregado.

### Violação dos direitos humanos em El Salvador

Porta-vozes de grupos de direitos humanos em El Salvador denunciaram, no dia 14, que a tortura aplicada aos presos políticos do país está aumentando e se tornando cada vez mais requintada, variando da privação de sono, ameaças de morte contra a família do suspeito, execuções simuladas aos estrupos e choques elétricos. Segundo essas fontes, a tortura no país é sistemática, persiste, apesar das afirmações do governo apoiado pelos EUA de que suas forças de segurança não utilizam mais os métodos que lhe deram fama mundial de repressivas e corruptas.

Segundo a organização norte-americana de direitos humanos America's Watch, pelo menos dois presos políticos, um deles o professor de direito Doroteo Gomez Ariaz, suicidaram-se após serem privados de sono por um longo período pela Polícia Nacional salvadorenha.

### Prisões em massa de kossovares na Iugoslávia

A agência oficial de notícias da Iugoslávia, Tanjug, anunciou que mais de 94 albaneses kossovares foram presos no final do ano passado, sob a surrada acusação de pretenderem "mudar a ordem social existente na Iugoslávia". Pouco antes, outras 50 pessoas haviam sido detidas sob a mesma acusação em Kossova, região da Albânia sob jurisdição iugoslava. Grande número dos perseguidos são intelectuais e estudantes.

## Racistas promovem golpe no Lesoto

O golpe militar, do último dia 20, que derrubou o primeiro-ministro Leabua Jonathan, do Lesoto - pequeno país de 30 mil Km2, cercado pela África do Sul por todos os lados - foi recebido com indistinta satisfação pelo governo sul-africano, que imediatamente abriu suas fronteiras, suspendendo o bloqueio econômico que vinha mantendo desde o dia 1º de janeiro contra o país, que permaneceu esses 20 dias sem receber suprimentos nem combustível. A África do Sul acusava o governo de Leabua de dar abrigo aos guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (CNA), que lutam contra o governo racista sul-africano.

O novo chefe de governo no Lesoto é o general Justin Lekhanya, que justificou o golpe, diante da "confusão

criada pelos políticos" e da crise entre o país e a África do Sul. O rei Moshoeshoe II permanecerá intocado em seu posto.

A presença de numerosos refugiados políticos sul-africanos no Lesoto vem sendo motivo de fustigamentos e ameaças do governo racista de Pretória há cerca de dois anos. Em dezembro passado, nove pessoas, entre elas seis membros do CNA - foram assassinadas em Maseru, a capital do Lesoto, por um comando sul-africano. No dia 1º de janeiro, é imposto o bloqueio econômico. Na última sexta-feira, o general Lekhanya vai a Pretória negociar uma solução para a crise entre os dois países (o governo sul-africano exige a expulsão de todos os refugiados do CNA no Lesoto). Na segunda-feira, o golpe.



## O PC (R) e as eleições em Portugal

O Comitê Central do Partido Comunista (Reconstituído), de Portugal, emitiu nota proclamando a classe operária e o povo a votarem na candidata Maria de Lourdes Pintasilgo, para a presidência, nas eleições do dia 26 próximo. O PC (R), diz entre outros

pontos: "O que está em causa nas próximas eleições é paralisar a grande ofensiva que a direita quer levar a cabo no imediato contra o movimento popular e ganhar tempo para a classe operária e o povo português poderem acumular forças na

sua luta em defesa dos direitos mais elementares do nosso povo.

"A direita (PSD e CDS) joga forte nestas eleições, procurando levar Freitas do Amaral à presidência. Freitas é o candidato do grande capital, da repressão, do desemprego, da ruína dos camponeses, da venda de Portugal ao imperialismo.

"Mário Soares não se opõe aos objetivos da direita como já demonstrou no governo. Por isso a direita elogia e favorece Mário Soares, ela sabe que Mário Soares só poderá ter como papel dividir a votação e favorecer Freitas do Amaral".

Após avaliar que também o candidato Salgado Zenha, apoiado pelo PRD/Ramalho Eanes e pelo partido revisionista, não consegue unir os setores democráticos e pro-

gressistas os comunistas portugueses destacam que só a candidatura de Pintasilgo pode derrotar Freitas do Amaral, e destaca:

"A defesa das mais amplas liberdades, o ataque aos privilégios dos ricos e a suspensão do pagamento dos encargos com a dívida externa são medidas urgentes necessárias para que Portugal trilhe um caminho diferente do atual.

"Porque defendemos os interesses imediatos e futuros do proletariado e do povo português, somos os mais interessados e procuramos ser os mais lutadores na defesa dos objetivos imediatos dos trabalhadores.

Por isso somos os maiores defensores da derrota de Freitas do Amaral. Por isso defendemos Pintasilgo à Presidência!"



Os candidatos Zenha, Freitas do Amaral, Pintasilgo, e Mário Soares

## T.O. recebe apoio internacionalista

O operário Antônio Bach, brasileiro que desde 1961 trabalha numa indústria metalúrgica da Alemanha, esteve em visita ao nosso jornal. Os leitores da Tribuna já o conhecem por sua constante preocupação com o jornal: ele promove coletas entre os operários de sua empresa para a T.O.; fez festas, e até plantou uma roça de feijão preto para promover uma feijoada para o nosso semanário.

uma doação de 1 mil marcos alemães para o jornal. Antônio obteve 300 marcos numa festa que promoveu entre os amigos da T.O. na Alemanha; os outros 700 marcos foram conseguidos por ele, através de trabalhos extras, fora de seu expediente na fábrica.

Antônio Bach é ativista sindical de Düsseldorf, representante de operários e funcionários junto à direção de sua empresa. Além desta contribuição, o companheiro vendeu algumas assinaturas da T.O. na Alemanha.

Desta vez o bravo tribuneiro Antônio Bach trouxe

## Leia e estude o marxismo-leninismo

STALIN:	
Problemas econômicos do socialismo	20.000
Questões políticas	16.000
O marxismo e o problema nacional e colonial	20.000
Materialismo dialético e mat. histórico	16.000
JOÃO AMAZONAS:	
Revisionismo chinês de Mao Tse Tung	10.000
Socialismo - ideal da classe operária	20.000
ENVER HUXHA:	
Albânia - 40 anos desbravando a história	10.000
Relatório ao 8º Congresso do PTA	10.000
OUTROS AUTORES:	
Princípios fundamentais do marxismo - Plekhânov	18.000
A questão agrária - Káutski	24.700
Socialismo na Albânia - Jaime Sautchuk	35.500
História da AP - da JUC ao PC do B - Haroldo Lima - Aldo	36.300
Albânia - Horizonte vermelho nos Balcãs - Luís Manfredini	42.000
Itinerário de lutas do PC do B - Haroldo Lima	7.000
Pela poesia do povo - Antônio Cassemiro	10.000
História da riqueza do homem - Leo Hubermann	53.000
Marx, o homem, o pensador e o revolucionário	35.000
Concepção materialista da história - Plekhânov	24.300
Praxedes, um operário no poder - Moisés de O. Filho	38.000

Pedidos à Editora Anita Garibaldi, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 047, São Paulo, SP, Tel. 251-2700

Centro de Publicação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Uma lei antitortura e antigolpe

O anteprojeto de lei divulgado terça-feira dia 22 pelo ministro Fernando Lyra, da Justiça, foi saudado pelos setores populares como uma mudança positiva. Mais que uma simples reformulação da Lei de Segurança Nacional, é "uma nova concepção de lei, que tem por centro a defesa do regime democrático", acentua o deputado federal Aldo Arantes (PMDB-GO).

Aldo Arantes, ele próprio condenado pela ditadura com base na famigerada LSN, justifica sua opinião argumentando que "o próprio conceito de segurança nacional implicava numa concepção política de que os trabalhadores, o povo, aqueles que lutavam pela democracia e pela liberdade eram inimigos da pátria e portanto deveriam ser objetos de ações penais".

Para o deputado, a nova "Lei de Defesa do Estado Democrático" registra um avanço considerável na medida em que prevê ações coercitivas contra a própria autoridade governamental e contra velhos maus hábitos das classes dominantes. "A lei estabelece medidas punitivas contra governantes que declaram guerra de conquista; há, por outro lado, medidas relacionadas com o problema do genocídio - esta questão nós sabemos que é um problema grave, particularmente contra os camponeses e destacadamente contra os índios -; há ainda uma norma específica, no artigo 22, que estabelece a proibição de milícias particulares, grupos ou esquadrões".

## CONTRA A FRAUDE

Aldo faz um alerta, no entanto: ainda que estas medidas possam ser um passo importante, desde que entendidas como fator coercitivo voltado contra as classes dominantes, "o problema está em saber a serviço de quem esta lei será utilizada". E argumenta que estamos num Estado de classe, onde quem

domina o poder político são as classes dominantes. De qualquer maneira, o deputado acredita que a lei abre uma porta para o combate à formação das milícias armadas do latifúndio no campo.

O parlamentar assinala ainda o item que considera a tortura como crime. "Um outro fato de grande importância - agrega - é o de incluir o golpe de Estado como ilegal e passível de penalidades, porque esta questão nunca esteve presente em outras leis. E há também medidas coercitivas e legal contra a tentativa de impedir, mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio, a livre atuação dos partidos políticos legais".

## OS PONTOS DÉBEIS

Outro "fato de grande importância" refere-se às medidas contra a fraude eleitoral, "que nós sabemos ser muito comum no Brasil". Ele cita o artigo 37, que estabelece penalidades para quem constituir fundos, caixas ou acumule recursos materiais de qualquer natureza não autorizados pela legislação eleitoral ou acima dos limites por ela determinados. E argumenta: "Um problema grave que vamos defrontar para a eleição constituinte é justamente o das caixinhas e da influência do poder econômico, que visam fazer uma Constituição à imagem e semelhança das classes dominantes".

Quanto à escuta telefônica, Aldo considera condenável, inclusive por abrir porta para o desrespeito aos direitos



Aldo Arantes, ele próprio torturado e punido pela LSN, considera que é um grande passo

individuais. O projeto de lei mantém também outros restos da velha e tristemente célebre LSN, ao manter por exemplo o julgamento de civis por Tribunais Militares, ao atribuir à Polícia Federal funções de polícia política e, em geral, ao atribuir-se caráter de "lei especial" julgando como delitos políticos atos perfeitamente puníveis com base na legislação ordinária.

"De qualquer forma - conclui Aldo - não há como deixar de reconhecer que esta lei representa um avanço muito grande no sentido de situar as responsabilidades dos governantes, os crimes que os governantes possam cometer, a articulação de setores das classes dominantes para manter privilégios... Enfim, acho que é algo de importância e deverá ser objeto de uma grande discussão a nível nacional". (da sucursal)

## A saga sinistra da LSN

Criada em abril de 1935 e sujeita a várias alterações em sua trajetória histórica, segundo o maior ou menor grau de influência dos militares no Estado, a Lei de Segurança Nacional foi sempre a expressão jurídica de interesses reacionários, voltados contra as liberdades políticas e, em especial, as organizações populares.

Nos últimos 21 anos, a LSN se abateu sobre milhares de patriotas brasileiros, encarnou fielmente a personalidade terrorista e autoritária do regime militar. Em 1967, o general Castello Branco introduziu, entre outros, o "princípio" de que toda pessoa

natural ou jurídica" era responsável pela segurança nacional - compreendida, aí, uma série de idéias arbitrárias, caracterizadas pela violação permanente dos mais elementares direitos humanos, em nome do combate ao comunismo. Em 1978 e 1983, a LSN foi novamente modificada, ganhou aparência mais liberal, mas manteve o conteúdo antidemocrático, incriminando, por exemplo, os que quisessem fazer funcionar "partido político ou associação" colocadas na clandestinidade. As forças democráticas e populares sempre lutaram pela revogação deste instrumento reacionário.

## Novas investidas de Jânio contra o povo

Sempre apelando para qualquer ardil na ânsia de aparecer nos noticiários, o autoritário prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, enviou na semana passada carta ao governador Montoro ameaçando chamar o exército para melhor reprimir os funcionários municipais em vias de demissão. Como sempre, salta aos olhos o vezo fascista das ações do prefeito.

Além de escorregadelas gramaticais - em determinado trecho de seu ofício, o prefeito e "dicionarista" escreve: "As responsabilidades pela justa e apropriada reação daqueles profissionais (...) é exclusivamente minha" -, Jânio Quadros se arvora em homem acima da lei, pretendendo colocar o Exército às suas ordens e posando de chefe da Polícia Militar. Tudo para cobrar do governador Montoro repressão mais intensa contra os 23 mil funcionários que pretende demitir.

Montoro respondeu-lhe afirmando que a Polícia Militar "está sob meu comando e obedece às minhas ordens" e lembrando que o Exército "não pode ser reduzido à condição de guarda pretoriana do poder local". O governo determinou apuração de responsabilidades pelas ações violentas de policiais contra populares e parlamentares no dia 15 e afastou do posto o tenente-coronel Fuga, da PM.

Dando seqüência à sua gestão antipopular, o prefeito paulistano colocou para fora de seu gabinete, aos berros, uma delegação de idosos que marcara audiência (veja quadro, nesta página); proibiu manifestações no Ibirapuera; anunciou aumentos e aplicação da correção monetária no Imposto Patrimonial e Territorial Urbano (IPTU), e ameaçou majorar as tarifas de ônibus "à medida da velocidade" da inflação - contrariando a política da gestão anterior da Prefeitura, que só concedia dois aumentos tarifários por ano.

O prefeito do PTB-PFL ainda criticou um acordo entre o Sindicato dos Motoristas e a CMTC, que proibe demissão de mais de 1% dos funcionários da empresa por mês - "um acordo monstruoso", segundo Jânio Quadros, que almeja demitir da empresa os trabalhadores que não rezem por sua cartilha.

Jogando às urtigas a função social do aparelho estatal, o chefe do Executivo paulistano ainda afirmou: "A Prefeitura tem que funcionar como uma empresa e não funcionar para prestar favores, mercês ou benesses a quem quer que seja ou a qualquer pessoa". Naturalmente o prefeito exclui seus apaniguados de uma visão tão empresarial dos negócios públicos, pois torturadores, demagogos e outros de seus apoiadores políticos já foram encastelados no poder municipal.

## "Não sou prefeito de velhos"

O prefeito de São Paulo retoma uma política vergonhosa, característica do regime militar, ao agredir e penalizar os já tão sofridos idosos e aposentados. Uma das primeiras medidas administrativas de Jânio Quadros foi elaborar um projeto em que altera o passe gratuito nos ônibus urbanos às pessoas acima de

Idosos estão na mira de Jânio. O prefeito quer acabar com o passe gratuito dos ônibus, concedido aos sexagenários na administração Mário Covas.

65 anos. Se aprovado o projeto janista, os idosos só terão este passe se apresentarem atestado de pobreza.

A medida causou repúdio geral. No dia 17, o ex-presidente voltou a agredir os anciãos. Henos Amorina e Osvaldo Lourenço, representando a Federação de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo e a Federação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, foram colocados para fora do gabinete do prefeito aos berros. Quando Jânio soube que o motivo da audiência era o passe para os idosos, levantou-se da cadeira colérico e berrou: "Não sou prefeito de velhos. Não estou aqui para fazer favores". Henos Amorina recorda: "Com o dedo em riste, dizia: rua, rua". Saíram acompanhados pelo coronel torturador Francisco Coutinho e vários guardas de segurança.

## JANISTAS ARREPENDIDOS

Esta atitude arrogante e desrespeitosa calou fundo principalmente entre os mais velhos, tradicional reduto eleitoral de Jânio. "Já votei nele pra presidente e governador. Hoje, se fosse pra votar, votava era uma peixeira nele. Um homem desses não merece confiança", diz revoltado Alchimino Nicolau, aposentado de 79 anos. João Veloso, ex-metalúrgico de 65 anos e que hoje trabalha de plaqueiro na Praça da Sé, acha que "essa idéia do Jânio é covarde". Fala porque mudou de posição a respeito do ex-presidente: "Eu tenho essa bronca porque sempre votei nesse homem. Me arrependi porque ele tá prejudicando a classe mais pobre".

Os idosos aproveitaram o Dia Nacional de Aposentado, 24 de janeiro, para denunciar estes ataques às suas conquistas e levantar outras bandeiras de luta.

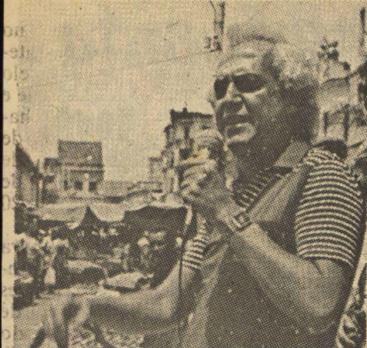
dia 23, os representantes das entidades dos aposentados tiveram audiência com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto, onde relataram a situação de penúria dos 12 milhões de inativos do país.

## "VIDA TRISTE"

No Brasil, apenas 6% da população tem mais de 60 anos e na CLT não há nenhum artigo que os proteja. Durante a ditadura militar, o arrocho salarial afetou drasticamente as aposentadorias. Entre 1965 e 1980, os aposentados que recebiam até dois salários-mínimos perderam cerca de 30% do valor real da aposentadoria. Logo que o trabalhador comum se aposenta, tem uma perda imediata no salário. Estes valores vão diminuindo proporcionalmente com o tempo. Isso faz com que muitos aposentados estejam recebendo menos que o salário-mínimo.

Alchimino Nicolau, 79 anos, trabalhou durante 43 anos como motorista. Está aposentado desde 1973 e recebe uma pensão de apenas Cr\$ 524 mil. Paga aluguel de Cr\$ 260 mil e diz que o que sobra "não dá nem pra comer". Há os que não conseguem nem se aposentar, e a situação ainda é pior. João Valadares trabalhou mais de 30 anos como metalúrgico, roubaram seus documentos, não pôde se aposentar. Atualmente trabalha de plaqueiro no centro de São Paulo, ganhando Cr\$ 25 mil por dia. "Minha situação é crítica" - diz ele. "Durmo no chão de uma casa abandonada. Derramei meu sangue nas indústrias, nos acidentes que tive. É triste a gente sofrer tantos anos num serviço perigoso e estar nessa situação", desabafa.

É contra este sofrido cenário de população que Jânio volta sua fúria.



Jarbas mantém diálogo com os ambulantes

## Recife já sente as mudanças na prefeitura

Jarbas Vasconcelos, o novo prefeito de Recife, está decidido a levar à prática as suas palavras da campanha eleitoral e de discurso de posse. "Faremos uma administração democrática e popular. Reafirmo nosso compromisso de realizarmos um governo de fato transparente, onde o povo esteja informado das ações do executivo e possa, assim, fiscalizar o andamento de projetos e programas, além de participar da definição de prioridades", garantiu o prefeito eleito na solenidade de posse.

Embora esteja ainda iniciando a gestão, o povo recifense já começa a sentir as mudanças ocorridas com relação a administração anterior. A começar pela composição do secretariado que, em grande parte, foi precedida da discussão com as entidades representativas e em conformidade com as forças que integram a Frente Popular que elegeu Jarbas.

Algumas medidas progressistas já foram tomadas, como a instituição do concurso público para democratizar o acesso de todos à administração. Jarbas também anunciou duas medidas de grande interesse popular a serem efetivadas antes do carnaval: a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a trimestralidade para os servidores da prefeitura.

Na área social, a nova administração passou a se comportar diferente, procurando dialogar com os camelôs e vendedores ambulantes, por exemplo, ao invés de utilizar a repressão das famosas "carrocinhas" do sr. Joaquim Francisco. Outro significativo avanço é que as entidades representativas da sociedade passaram a ter acesso direto nas reuniões do secretariado, como no caso da definição da tarifas dos transportes urbanos.

## REFORMA AGRÁRIA

Junto com essas medidas administrativas, a gestão Jarbas Vasconcelos caracteriza-se por uma nova feição política. No último dia 17, por exemplo, o novo prefeito visitou a sede da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco). Na ocasião prestou seu apoio à luta pela reforma agrária, informando que havia enviado uma carta ao ministro Nelson Ribeiro apoiando o projeto de distribuição de terras no Estado. Conforme frisou na oportunidade, "sei que o projeto atual do governo é tímido, acanhado. Porém, continua merecendo ameaças dos usineiros e a prefeitura não irá se omitir diante desse quadro. A Fetape a partir de agora pode contar com mais um aliado na sua luta pela reforma agrária." (da sucursal)

## Mais um atentado contra a liberdade no Estado do Piauí

O governo do Estado do Piauí cometeu mais um atentado às liberdades democráticas e aos direitos do cidadão ao demitir sumariamente o pesquisador e historiador Manoel Domingos Neto do quadro de pessoal da Fundação Cepro (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí), vinculada à Secretaria do Planejamento. A ordem partiu diretamente do governador Hugo Napoleão e o motivo é declaradamente político: servidor público não pode ter opinião política, segundo o senhor Hugo Nappleão.

Recentemente, Manoel Domingos denunciou a compra, pelo Estado, de inúmeras propriedades rurais - cujos solos são improdutivos - destinadas ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, que prevê a aplicação, em cinco anos, de 90,27 milhões de dólares. Em inúmeros casos, as terras foram adquiridas fraudulentamente de pessoas ligadas a famílias que dominam a política no Piauí. Uma delas é a viúva do ex-ministro Petrônio Portela, Iracema Portela. Manoel Domingos teve acesso aos documentos que comprovam as irregularidades cometidas nessas transações e achou ser seu dever denunciar o escândalo à opinião pública. O historiador, membro do Diretório Regional do PMDB, é muito respeitado por seu trabalho sério e sua dedicação à pesquisa da região. Colaborou na elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Sua demissão foi veementemente repudiada pelas forças democráticas e progressistas do Estado. (Moisés Ventura, da sucursal)

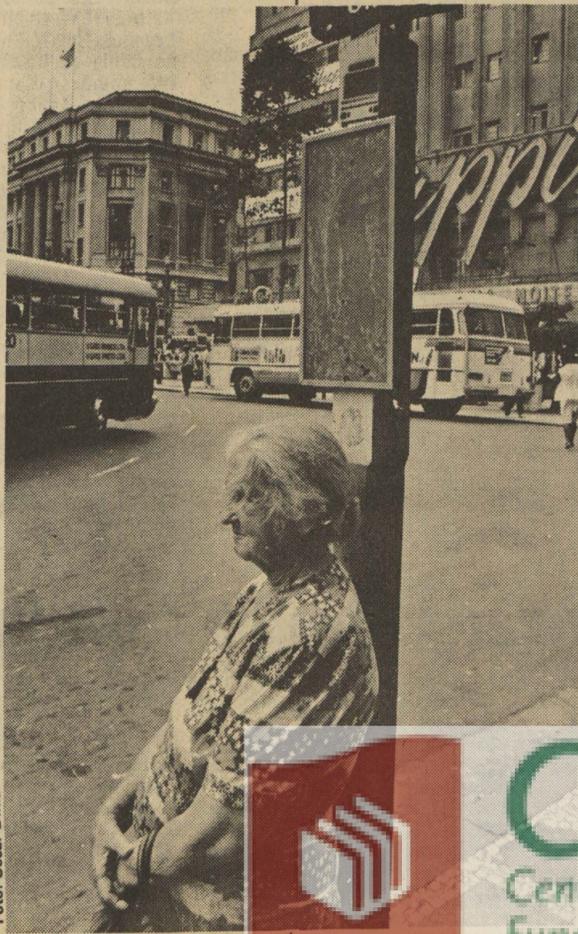


Foto: César Diniz



CDM  
Centro de Aposentados e Pensionistas  
Fundação Maurício Grabois

# Governo cede ao grande capital e planeja privatizar a Mafersa

O governo decidiu desencadear o antipopular e antinacional processo de desestatização da economia com a privatização da Mafersa Materiais Ferroviários S/A, a 54ª maior empresa estatal (no setor, é a segunda) e, também, uma das mais rentáveis. Só o grande capital tem bons motivos para comemorar.

O início da privatização da Mafersa estava previsto para a semana passada. No conjunto, são três unidades da empresa, todas bastante apetitosas: duas em São Paulo (uma no município de Caçapava e outra na zona oeste da capital) e uma outra em Contagem (MG). Em 1985, a Mafersa teve um lucro líquido de Cr\$ 117 bilhões e ostentava um patrimônio líquido de Cr\$ 708 bilhões, conforme informação do atual presidente da empresa, Márcio Junqueira de Souza e Silva.

A capacidade de produção nas três fábricas é de 300 vagões de aço e 1.300 vagões para carro. Em razão do descaso com que vem sendo tratado o setor de transporte ferroviário no país, o nível de ociosidade é grande: em 1985 foram produzidos apenas 30 vagões de aço e 295 vagões para carro. Apesar disso, a rentabilidade patrimonial chegou a 58,2% no final de 1984 (bem superior à média do setor, de 34,8%).

## INICIATIVA INCOMPETENTE

O governo não tem se cansado de repetir desgastadas louvações à iniciativa privada por sua pretensa "capacidade de empreendimento", "competência" e outras tantas virtudes que o capital a si mesmo se atribui para justificar a existência e "perenidade" do capitalismo.

O caso da Mafersa, como inúmeros outros do gênero, contudo,



Desde a estatização, a empresa só dá lucro; sob a iniciativa privada, foi a pique

atesta precisamente o contrário: constitui uma comprovação viva da falsidade das teses de que o Estado é um administrador perulário e ineficiente. Criada em 1944 pelo empresário Lauro Parente, a Mafersa foi estatizada em 1964, antes do golpe de 1º de abril. O BNDE passou a controlar a empresa precisamente "devido à má administração do sr. Lauro Parente, que atrasou os salários por seis meses", como lembra um metalúrgico aposentado que trabalhou na fábrica naquele período. "O atraso de salários foi a gota d'água", acrescenta. "Entramos na luta e acabamos conseguindo a estatização", que ocorreu, desta forma, como

consequência da luta dos operários e, ao mesmo tempo, da incompetência da iniciativa privada.

Pois a partir de 1967, sob o controle do Estado, a empresa saiu do vermelho e desde então "só dá lucro". O BNDE não só conseguiu o retorno integral do capital aplicado no saneamento da Mafersa, como teve um lucro de pelo menos Cr\$ 29 bilhões, segundo a opinião insuspeita do atual presidente, Junqueira de Souza e Silva.

A empresa sempre esteve na mira do capital estrangeiro e já foi alvo de uma série de golpes sujos. Entre eles, salienta-se o episódio

de concorrência para os trens de metrô de Porto Alegre, em 1982, que, embora a Mafersa tenha ganhado, não levou. Por imposição do Banco Mundial (o mesmo que os círculos imperialistas buscam apresentar como "amigo" dos países dependentes, em contraposição ao desgastado FMI), as encomendas, no valor de 77,7 milhões de dólares, ficaram com a multinacional japonesa Mitsui - fato que gerou várias manifestações de protestos dos operários, além de ações na Justiça. A privatização da Mafersa e outras empresas estatais representa, na realidade, uma capitulação do governo diante das pressões do imperialismo.

# Bracher canta a vitória que não houve na dívida

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, considerou "vitoriosa" a última etapa de negociação da dívida externa brasileira, concluída há poucos dias em Nova Iorque. Porém, nada justifica o otimismo. Os banqueiros estrangeiros não recuaram de suas posições e o país continuará amargando o pagamento de juros escorchantes.

De concreto, as demoradas conversações mantidas por Bracher e pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com representantes dos credores externos resultaram apenas na prorrogação por mais de dois meses, até 15 de março, dos contratos expirados em Janeiro. Tais acordos relacionam-se com o reescalonamento de amortizações que deveriam ter sido realizadas em 1985 e com a manutenção das linhas de financiamento de curto prazo destinadas às exportações brasileiras.

O presidente do Banco Central informou que o comitê de assessoramento dos bancos credores do Brasil aceitou, "em princípio", reduzir de 2,25% para 1,16% a taxa de risco (ou "spread") e eliminar a comissão de participação (de 1%) cobrada sobre a parcela da dívida renegociada. Além disso, os débitos poderão ser atrelados exclusivamente à "libor" (taxa de juros flutuante no mercado londrino, ligeiramente inferior à "prime" norte-americana).

Esse conjunto de medidas está na dependência da aprovação dos cerca de 700 bancos estrangeiros credores do país. O governo pre-

tende, ainda, o reescalonamento por um prazo de sete anos das amortizações do principal dos empréstimos de médio e longo prazo vencidos em 1985 e a manutenção das linhas de curto prazo até março do ano que vem. As amortizações do principal a vencer em 1986 (cerca de 13 bilhões de dólares) deverão ser depositados no Banco Central, onde ficarão congeladas até que se conclua novas "renegociações".

Os "acertos" em andamento, considerados vantajosos pelo presidente do Banco Central, embora possam significar a economia de alguns milhões de dólares, não aliviarão a situação do país, obrigado a arcar com juros superiores a 10 bilhões de dólares anualmente. Os banqueiros continuam pressionando para que o governo pague as dívidas externas dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave, contraias através da Resolução 63 do Banco Central (veja TO n.º 249). Da mesma forma não dispensam a supervisão (ou monitoramento) do FMI sobre a economia nacional. Ou seja, a nação não tem motivos para cantar vitória.

# As falcatruas do banqueiro do PFL

No dia 17, foi confirmada a saída do deputado federal e presidente do PFL em São Paulo, Herbert Levy, da direção do Banco Itaú. Levy está sendo processado pelo não pagamento de uma promissória de Cr\$ 1,362 bilhão.



Levy (ao lado de Jânio): processos por grilagem e roubo

Algumas das empresas de Levy, como a Charonel Agropecuária e a Poli Participações, estão endividadadas até o pescoço, o que levou ao seu afastamento do Itaú. Mas o presidente do PFL paulista - e um dos principais cabos eleitorais e financiadores da campanha de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo - é acusado também de enriquecimento ilícito, grilagem e roubo - está com mais de 50 processos nas costas! Algumas falcatruas:

No dia 1º de junho de 1973, o deputado Herbert Levy e alguns sócios compraram 30 mil hectares de terras públicas em Minas, ao preço irreal de Cr\$ 4,00 o hectare. Mas a Constituição mineira proíbe a venda de mais de 750 hectares por pessoa. De qualquer maneira, poucos meses depois o deputado revendeu as terras por Cr\$ 150,00 o hectare - preço 37 vezes maior que o da aquisição, uma das formas de enriquecimento ilícito prevista na Lei Federal n.º 3.502, de 21 dezembro de 1958.

Levy ainda invadiu 12.000 hectares de terras da família Valadares. A família moveu ação de reintegração de posse no Tribunal da Alçada de Minas Gerais, e o sr. Herbert Levy viu-se na contingência de ter que devolver as terras. Atualmente o deputado responde a processo no Juízo da Comarca de Santos devido à invasão de terras em Bertioiga, São Paulo, para fazer loteamento através de sua empresa Praias Paulistas S/A. Jaguões foram contratados para desalojar os agricultores da região. Casas foram incendiadas, 40 mil pés de

bananas foram destruídos (única fonte de renda de 15 famílias da região) para satisfazer a ganância do deputado-grileiro-banqueiro.

Algumas empresas do cabo eleitoral de Jânio Quadros e sócio de Olavo Setubal (candidato a governador de São Paulo e principal acionista do Itaú), que estão sendo processadas: AVL-TV Áudio Visuais, Resa Participações, Zagaia Participações, Reflorestadora Sacramento, Resa Reflorestadora, Plantel Trading, Resa Pirapora, Burit Resa, Multimeios Vídeo, Empreendimentos Rurais, entre outras.

## PROCESSOS BANCÁRIOS

Bancos que entram com ação contra Herbert Levy, por falta de pagamento de dívidas: Banco do Brasil (Cr\$ 50 bilhões), Banco Valbrás (Cr\$ 18 bilhões), Sogeral Leasing (Cr\$ 163 bilhões), Banco da Bahia de Investimentos (Cr\$ 245 milhões), Citibank (Cr\$ 36 milhões), Banco Mercantil do Brasil (Cr\$ 118 milhões), Banco Mercantil de Investimentos (Cr\$ 13 milhões). Há ainda um processo da Coroa S/A, que financiou um trator para o deputado, não recebeu um tostão e o trator sumiu...

Foi Levy quem inspirou a Instrução 204 da Sumoc (o Banco Central da época), com que o então presidente Jânio Quadros promoveu a primeira superdesvalorização do cruzeiro - o dólar pulou de Cr\$ 90 para Cr\$ 200 -, muito aplaudida pelo capital estrangeiro e festejada por alguns capitalistas nacionais que lucraram com a coisa - entre eles o deputado, é claro.

# Vereador comunista rebate acusação da imprensa burguesa

O vereador João Bosco, do PC do B de São José dos Campos, foi acusado pelo "Jornal do Vale", "Jornal da Tarde" e "O Estado de São Paulo" de ter realizado uma viagem a Brasília para participar de uma pretensa "convenção nacional do PC do B", e inclusive de usufruir de "mordomias" ao realizar a viagem de carro, e não de avião! O vereador divulgou nota restabelecendo a verdade sobre os fatos, mas jornais como o "Estadão" publicaram seu esclarecimento com visíveis tergiversações.

O vereador ressalta que, além de parlamentar, ele exerce, dentre outras atribuições, o cargo de secretário-geral da Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores). "Foi na condição de secretário-geral de Conam que compareci a Brasília", esclarece João Bosco.

Na Capital Federal, onde dirigiu uma reunião conjunta da diretoria do conselho de representantes da Conam, com a presença de 16 diretores e 41 conselheiros de todo o país, o vereador paulista manteve contatos com autoridades da Universidade de Brasília (que sediará o III Congresso da Conam, em março) e participou de reuniões com o presidente da Cobal, com assessores do Ministério da Educação, com o secretário especial de Ação Comunitária da Presidência da República, deputado Aníbal Teixeira, com o ministro Carlos Santana, da Saúde, e foi recebido pelo presidente José Sarney, juntamente com outros dirigentes comunitários de 20 Estados.

"Como se vê, não comparei a Brasília para participar de nenhuma convenção nacional do PC do B e nem poderia, pois não houve esse evento", informa o vereador de São José dos Campos, aduzindo



Bosco: caluniado

"Quanto ao carro, foi-me cedido pelo presidente da Câmara Municipal, porque também estou sendo responsável por conseguir junto à Secretaria Especial de Ação Comunitária a participação do governo federal dentro do projeto 'Mutirão Habitacional', no plano de construção de 150 casas populares em São José dos Campos, bem como a viabilização do programa do leite no município.

"Destaco que não recebi nenhum valor, a qualquer título, da Câmara para cobrir minhas despesas e do motorista. Ficamos os dois alojados no apartamento do deputado federal Aurélio Peres. Todas as eventuais despesas de alimentação e estadia correram por minha conta".

O vereador ainda deixa claro que, se viajasse de avião, gastaria mais de Cr\$ 2 milhões só com a passagem, "isto sem contar os gastos que seriam necessários para a locomoção no local (...). Não fui de ônibus, devido à urgência da minha locomoção e à rigidez dos horários das audiências e reuniões que mantivemos, algumas das quais, como visto, com ministros de Estado". Presentando conta dos gastos da viagem, João Bosco declara que eles totalizaram Cr\$ 1.259.170, e não os Cr\$ 3 milhões por Cr\$ 6 milhões aventados pela imprensa burguesa.

# Processo de Ruy Frazão entra na fase final

No último dia 15 foram ouvidas três das sete testemunhas no processo movido pela família de Ruy Frazão, responsabilizando a União pelo seu desaparecimento em maio de 1974. O processo é presidido pelo Juiz Genival Matias, que indeferiu o requerimento da procuradoria da República, que pedia a suspensão da audiência. Genival Matias tornou-se conhecido por ser o encarregado do processo a respeito do chamado "escândalo da

mandioca", em Pernambuco. Mesmo sem ter ainda o parecer do juiz, a esposa de Ruy, Felícia Moraes, está confiante e alerta que um resultado positivo no julgamento será um alento para os familiares de outros 150 desaparecidos naquela época, que até hoje buscam respostas para suas indagações.

## GRANDE INTERESSE

Na primeira audiência a sala da Justiça Federal, em Recife, estava

completamente lotada, com a presença de dirigentes de entidades, personalidades e representantes de partidos políticos, que acompanharam atentamente os pronunciamentos. Foram ouvidos o deputado federal Luís Guedes, que militava no PC do B junto com Ruy Frazão nesta época, a feirante Lélia Maria Santos, que assistiu à prisão de Ruy e gritou para que não o matassem, diante da brutalidade dos agentes federais, e Gillete

Melo de Carvalho, também feirante, que estava próxima na hora da prisão.

A próxima audiência, marcada para o dia 26, reveste-se de grande expectativa, pois serão ouvidas mais quatro testemunhas, entre elas Alanir Cardoso, da Comissão Nacional do Partido Comunista do Brasil, que também atuava com Frazão. Possivelmente neste dia se dará a definição do juiz sobre os rumos do processo.

DM  
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

**A importância da luta das mulheres**

O movimento feminino obteve um grande sucesso com a realização do I Congresso da Mulher Trabalhadora na semana passada. Incentivar este tipo de manifestação popular é, em particular, acentuar a participação das mulheres operárias é uma tarefa urgente no processo revolucionário brasileiro.

**A BASE DOS PRECONCEITOS**

A realização destes encontros e a sua íntima ligação com o movimento sindical servem cada vez mais para desmascarar as correntes feministas que pretendem separar a libertação da mulher da luta pela emancipação dos trabalhadores em geral, que tratam o movimento das mulheres como assunto à margem da guerra de classes que se desenvolve na sociedade.

A opressão da mulher tem a sua especificidade. Mas o combate a esta realidade jamais pode ser dissociado da liquidação do sistema capitalista e construção de uma nova sociedade. Os preconceitos que atormentam as mulheres, as concepções machistas que se manifestam nas menores coisas da vida diária, têm sua base objetiva no atrelamento da mulher à pequena economia doméstica. A situação de inferioridade em que a mulher se vê atirada o tratamento que lhe é dispensado na política, na vida cultural, nas relações familiares; sua marginalização dos cargos de chefia ou liderança em praticamente todos os ramos de atividade, tudo isto está ligado com o sistema da pequena economia doméstica, que a obriga a trabalhos extremamente pesados, improdutivos, rotineiros e embrutecedores. A mulher é confinada aos limites do lar, mais precisamente nos afazeres da cozinha e dos cuidados com os filhos, e depois é taxada de atrasada, incompetente...

**DESVIOS BURGUESES**

Lênin assinalava com muita precisão "A condição da mulher ocupada em trabalhos do lar é sempre penosa. Para que ela se libere completamente e realmente seja posta em plano de igualdade com o homem é preciso que os trabalhos do lar se tornem uma obra pública e que ela participe da produção geral. Então ela ocupará a mesma situação do homem".

Sem entender este sistema de opressão, as correntes burguesas no movimento feminista cuidam de afastar as mulheres da política e da atividade sindical geral. Introduzem no movimento as concepções sexistas, que só podem contribuir para a burguesia ao dividir homens e mulheres trabalhadoras, ou então colocam em primeiro plano das reivindicações femininas a chamada "liberdade do corpo", desviando a atenção do combate.

No século passado o revolucionário Augusto Bebel advertia que: "As mulheres que se ocupam do movimento feminista burguês não compreendem a necessidade de uma mudança radical. Influenciadas pelo lugar privilegiado que ocupam na sociedade, elegem no movimento feminino proletário e nas suas aspirações diferentes, tendências perigosas e pouco razoáveis, que devem ser combatidas".

**TAREFA ESSENCIAL**

Por esta ligação estreita da luta das mulheres com a batalha por um novo sistema social, por ser o contingente feminino uma enorme parcela dos trabalhadores, e por constituir a parte que é submetida à maior opressão (por ser trabalhadora e por ser mulher), o movimento feminino adquire uma importância decisiva para o movimento de massas. Não é nenhum exagero afirmar que não se pode pensar num poderoso movimento de massas sem que se encontre o caminho para uma intensa mobilização das mulheres. Urge concentrar um enorme esforço para realizar este trabalho.

(Rogério Lustosa)

**Por uma estrutura democrática no governo das grandes cidades**

Como governar, democraticamente, municípios mais populosos que países inteiros? Nunca, certamente, com apenas um prefeito e 33 vereadores, como acontece hoje no Brasil. A estrutura político-administrativa das grandes cidades precisa mudar. E a eleição da Assembléia Nacional Constituinte é o momento certo para travar este debate e achar a solução.

O Brasil possuía em 1975 sete municípios com mais de 1 milhão de habitantes (veja tabela 1). Em 1985 já eram 11 municípios, e no ano que vem serão 12, com a inclusão de Goiânia. A população total destas cidades soma 29 milhões, que saltam para 47 milhões (um terço do total dos brasileiros) quando se conta também suas áreas metropolitanas.

A situação é mais problemática e aguda na faixa dos municípios com mais de 2 milhões de habitantes, que hoje são três e no ano que vem serão quatro, agregando Salvador. Trata-se de cidades tão populosas como países inteiros. Belo Horizonte tem tantos habitantes quanto o Panamá. O Rio de Janeiro empata com a Bolívia. São Paulo, o maior de todos, ultrapassa a Suécia, Cuba ou Portugal.

Estas cidades incham, de modo vertiginoso, anárquico, traumatizante, gerando sérios conflitos sociais. Em Belo Horizonte, o prefeito recém-eleito enfrentou, nos primeiros dias de mandato, filas de até 800 pessoas cobrando o atendimento de suas reivindicações. No Rio de Janeiro a população favelada passa de um terço do total. Em São Paulo, onde os moradores de favelas e cortiços são 4,5 milhões, as ruas sem calçamento, postas em linha reta, dariam para ir do Brasil até a China...

**Um vereador para 306 mil habitantes**

As causas do problema, que reclamam soluções revolucionárias, são conhecidas. Residem na natureza do modelo capitalista brasileiro, dependente ao extremo, monopolizado, convivendo no campo com o domínio do latifúndio. Não por acaso, o único Estado brasileiro onde o inchaço urbano não é gritante é Santa Catarina, onde predomina a pequena propriedade agrícola e as indústrias são em geral nativas.

Ocorre que, além de causas, o fenômeno tem consequências - quase todas já ultrapassando o limite do insustentável, sobretudo para as massas trabalhadoras. Entre elas, uma termina por agravar todos os demais defeitos da inchaço: a estrutura político-administrativa desses supermunicípios, ultrapassada, caduca, em consequência, nada democrática.

O organograma do aparelho estatal, no Brasil, é basicamente o mesmo para qualquer município, tenha ele 3 mil ou 10 milhões de habitantes: o Poder Executivo concentrado numa Prefeitura, o Legislativo na Câmara de Vereadores e o Judiciário, que não se organiza por município, mas por comarca. Varia apenas o número de vereadores. E ainda assim a Constituição prevê um teto, que era de 21 e passou para 33 vereadores - número reservado a municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

Isto significa prefeituras paquidérmicas, absolutamente inacessíveis aos cla-

mores dos moradores dos supermunicípios. O poder público municipal perde todos os canais de contato com os cidadãos, e vice-versa. O problema se agrava com os vícios criados nos anos de ditadura militar e prefeitos bionicos nas capitais. Os recursos desses municípios são até consideráveis - o orçamento da capital paulista, este ano, eleva-se a Cr\$ 15 trilhões, só perdendo para os orçamentos da União, do Estado de São Paulo e do Estado do Rio. No entanto, a população não tem como influir na sua aplicação, nem sequer como controlá-la.

O mesmo acontece com as Câmaras Municipais. No caso paulista, mais berante, cada vereador corresponde a 306 mil habitantes; no rio, a proporção é de um para 170 mil; em Belo Horizonte, de um para 64 mil. Evidentemente, nestas circunstâncias, não há jeito de se manter o vínculo direto, a comunicação fácil e permanente com o povo. As Câmaras burocratizam-se. Engordam seu aparato, inclusive contratando, a peso de ouro, os funcionários batizados de "marajás", porém perdem representatividade, e credibilidade. É sintomático que os vereadores de pequenas cidades interioranas via de regra tenham, na prática, muito mais prestígio entre seus conterrâneos que os das metrópoles inchadas.

Apenas para reforçar o raciocínio, vale lembrar que o município de São Paulo tem mais habitantes que Portugal. Só que os portugueses, além da Assembléia da República, com 250 deputados, elegem 305 Assembleias Municipais, milhares de Assembleias de Freguesia... e, nas cidades de Lisboa e Porto, ainda dispõem de *Bairros Administrativos* com seus titulares escolhidos por meio do voto direto.

**Algumas soluções pelo mundo afora**

Algumas experiências internacionais podem servir como referência para o debate sobre o problema no Brasil. Nem sempre são exemplos positivos. A cidade do México, considerada o maior conglomerado urbano do planeta, funciona num esquema altamente antidemocrático, semelhante ao que vigora até hoje em Brasília: Executivo biônico, nomeado pelo presidente, e nenhum tipo de órgão legislativo. Mas há outras metrópoles que, mesmo dentro dos limites acanhados do regime capitalista e da democracia burguesa, encontraram estruturas merecedoras de exame.

Em Londres, por exemplo, uma reforma nos anos 60 subdividiu o município em 52 Burgos (*Boroughs*), com população mínima de 100 mil habitantes cada. A nível do município existe um tipo de Câmara de Vereadores, o Conselho da Grande Londres (*Greater London Council*), que trata das questões mais gerais: planeja-

**A população dos "municípios milionários" aumentou em 8 milhões de habitantes nos últimos dez anos**

	1975	1980	1985*	Aumento em dez anos
São Paulo	7.198.000	8.493.000	10.099.000	40,3%
Rio de Janeiro	4.857.000	5.093.000	5.615.000	15,6%
Belo Horizonte	1.557.000	1.780.000	2.122.000	36,3%
Salvador	1.237.000	1.506.000	1.811.000	46,4%
Fortaleza	1.109.000	1.307.000	1.588.000	43,2%
Distrito Federal	763.000	1.176.000	1.576.000	106,6%
Nova Iguaçu (RJ)	932.000	1.094.000	1.325.000	42,2%
Recife	1.249.000	1.204.000	1.290.000	3,3%
Curitiba	766.000	1.025.000	1.285.000	67,8%
Porto Alegre	1.044.000	1.125.000	1.275.000	22,1%
Belém	772.000	933.000	1.121.000	45,2%
Goiânia	518.000	718.000	928.000	79,2%
Campinas (SP)	473.000	665.000	845.000	78,7%
Manaus	389.000	633.000	835.000	114,7%



Cena de São Paulo: a especulação já chegou até às favelas e os cortiços, onde moram 4,5 milhões

mento estratégico, avenidas, trânsito, serviços de ambulância e bombeiros, grandes parques. Cada Burgo tem seu Conselho, o *Borough Council*, em geral com 60 membros, eleitos diretamente a cada três anos, sem remuneração. Os Conselhos de Burgo se reúnem de 12 a 18 vezes por ano e mantêm comissões para diferentes assuntos. E escolhem, segundo o sistema parlamentarista inglês, um *major*, com funções executivas. Com este esquema, a população londrina elege aproximadamente um representante, ou conselheiro, por cada 1.900 habitantes.

No outro extremo do planeta, a cidade de Tóquio também adota um sistema de representação e administração local. Além da Câmara de Vereadores de lá, que tem 120 membros, o município foi dividido em distritos e subdistritos são 23 *Ku*, 17 *Shi*, 12 *Machie* e um *Mura*, segundo a designação local. Cada um deles elege 60 conselheiros e um tipo de prefeito local. A proporção é de um conselheiro para cada 2.600 habitantes. E os outros municípios da Região Metropolitana de Tóquio - Kanagawa, Saitama e Chiba - possuem estruturas semelhantes.

Mesmo nos Estados Unidos, onde a estrutura é mais centralizadora, cada área metropolitana possui um bom número de unidades de governo local. Na área metropolitana de Nova Iorque são 555 unidades; na de Chicago, 1.060; na de Los Angeles, 348 e assim por

diante (números de 1962). A cidade de Nova Iorque propriamente dita, além da representação municipal (o *City Council*), possui cinco comarcas (*Countys*), com seus conselhos e estruturas de governo local.

**Aspirina não cura pneumonia aguda**

No Brasil, até hoje, pouco ou nada foi feito para resolver o problema. Em São Paulo, nos anos 70, criaram-se as Administrações Regionais, ARs, como forma de descentralizar o governo municipal, mas nenhum sistema de representação política e com autonomia administrativa quase nula. Foi como querer tratar uma pneumonia aguda na base da aspirina.

Na Zona Sul da capital paulista tentou-se outra falsa solução - a autonomia de Santo Amaro, fragorosamente derrotada num plebiscito em setembro passado. O retalhamento das grandes cidades em novos municípios só faria complicar e burocratizar ainda mais o governo desses conglomerados urbanos, que formam objetivamente unidades econômicas, sociais e políticas, precisando portanto de unidades de governo correspondentes.

Durante as eleições para prefeitos das capitais em novembro, o debate sobre o assunto aflorou com insistência, mas de forma superficial. Alguns candidatos falavam em dar autonomia administrativa às ARs. Porém, num regime democrático, só pode ter autonomia administrativa quem possua um mandato político para tanto, e este mandato só é legítimo quando vem do voto popular, já que "todo poder emana do povo". A "autonomia administrativa", portanto, não passa de um paliativo para o engarramento atual, sem romper com o círculo sufocante da centralização.

Outros já propuseram eleições diretas para os administradores regionais, de forma a conferir-lhes um mandato popular. No entanto, a proposta nunca foi levada muito a sério, já

que a legislação atual não prevê tais eleições e uma votação informal teria pequeno peso político.

Uma tentativa de democratização é a formação de Conselhos Populares compostos por entidades de massas locais, como o aprovado recentemente pela Câmara Municipal de Goiânia. Sem dúvida um conselho desses pode arejar o sistema atual e aproximar o governo do povo; mas sempre como uma saída improvisada, e de natureza corporativa, com fôlego limitado.

A Constituinte eleita este ano precisa desatar de alguma forma este nó no sistema político-administrativo nas inchadas metrópoles e megalópolis do país. Será necessário levar em conta, com espírito independente, o que possa haver de positivo nas experiências de fora; debruçar-se, prioritariamente e atentamente sobre a realidade brasileira; e encontrar uma saída satisfatória do ponto de vista democrático. Não será certamente uma solução para o inchaço urbano, que, como vimos, tem raízes fincadas na base estrutural da nossa sociedade.

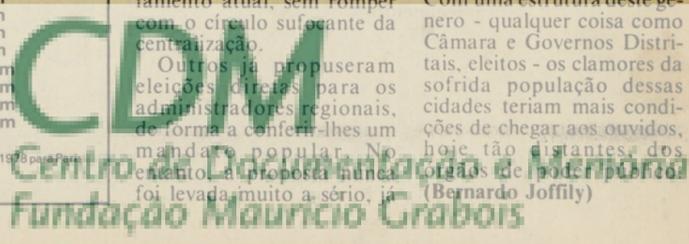
**Questões a debater nesta Constituinte**

De imediato, salta aos olhos a necessidade de uma ampliação substancial do número de vereadores nas grandes cidades, mantendo uma relação aceitável com o número de habitantes. E nos municípios maiores - com mais de 2 milhões de habitantes, digamos - seria preciso partir para a criação de algum tipo de unidades locais de representação e administração autônoma para as diferentes regiões dentro de cada município. Com uma estrutura deste gênero - qualquer coisa como Câmara e Governos Distritais, eleitos - os clamores da sofrida população dessas cidades teriam mais condições de chegar aos ouvidos, hoje tão distantes dos cidadãos de poder. (Bernardo Joffily)

**Algumas das maiores metrópoles do mundo e como elas equacionaram seus sistemas de representação**

Cidade	Número de habitantes	Número de vereadores	Habitantes por vereador	Têm ou não unidades de governo local
Tóquio	8.336.000	120	69.000	Tem
Nova Iorque	7.071.000	37	261.000	Tem
Londres	6.765.000	116	58.000	Tem
Cairo	5.074.000	85	59.000	Tem
Calcutá	3.288.000	100	33.000	Não tem
Roma	2.834.000	80	35.000	Não tem
Paris	2.299.000	90	25.000	Não tem
São Paulo	10.099.000	33	306.000	Não tem

Nota: Os números sobre a população referem-se a 1982 para Tóquio e Roma, 1981 para Londres e Calcutá, 1980 para Nova Iorque, 1975 para Paris e 1976 para o Cairo.



DE OLHO NO LANCE

**Viagem oportuna**

O PT tinha marcado uma manifestação em São Paulo pelas diretas em 86, no dia 25 deste mês. Segundo os petistas, seria o início de um enorme movimento para reeditar a campanha das diretas já. Mas na última sexta-feira dia 14, a imprensa noticiou que a direção deste partido resolveu cancelar o comício. O pretexto é de fato muito convincente: "Neste período Lula estará viajando no exterior", justificou José Dirceu, do Diretório Regional.

No nordeste o povo tem um ditado que se adapta muito bem às dificuldades dos petistas: "Desculpa de cego é feira ruim". Ao levantar palavras de ordem que não correspondem ao sentimento popular e à situação política do país, o PT se vê obrigado a cancelar os grandiosos movimentos de massas prometidos, mas como não tem espírito autocrítico, trata de sair pela tangente. Se o problema fosse a ausência de Lula, o candidato petista à prefeitura de São Paulo não teria feito sua campanha "diferente de tudo" na televisão. Nesta propaganda tipo sabonete, o grande "líder" que impede até a realização de comícios quando não comparece, só esteve umas poucas vezes, em papel absolutamente secundário. É bom arranjar outra desculpa, ou alterar a rota política.



Na faixa, conduzida pelos posseiros de Rio Maria, o reclamo que levou 4 mil pessoas às ruas

## Araguaia exige punição dos que mataram Canuto

Uma manifestação com a presença aproximada de 4 mil camponeses comoveu a pequena cidade de Rio Maria, localizada na região do Araguaia, na tarde de sábado, dia 18. Era o protesto sentido do povo do lugar contra o assassinato do líder João Canuto, presidente do Sindicato local e dirigente comunista, exatamente um mês atrás.

Canuto foi abatido, com 12 tiros (ver TO nº 248), por sua participação na resistência à grilagem na fazenda Canaã. E o ato exprimiu toda a aguda consciência do campesinato do Sul do Pará, de que está na hora de dar um novo impulso à luta contra a violência do latifúndio e pela reforma agrária. O tempo chuvoso, que transforma as estradas da região em lodaçais intransponíveis, dificultou a vinda de mais gente dos povoados em redor. Ainda assim, o público considerável atestava que o líder assassinado dizia a verdade ao profetizar: "Morro, mais fica a semente".

### MAIS VIOLÊNCIAS

O microfone da manifestação foi aberto a todas as lideranças da região, entre os quais os dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Xinguará, Conceição do Araguaia, Marabá, líderes de posseiros ameaçados pela grilagem, o presidente do PMDB local, vereadores do município e um representante enviado pela Contag. O deputado estadual Paulo Fonteles, eleito com expressiva votação dos lavradores da área, foi entusiasticamente aplaudido. O PC do B, partido no qual João Canuto militou até a morte, esteve representado pelo seu presidente regional, Newton Miranda, e pelo deputado federal Aurélio Peres. Um momento de emoção ocorreu quando um dos oito filhos do líder morto, José Canuto, tentou em vão conter o pranto que o impedia de ler aos manifestantes um poema, de sua autoria, em homenagem à memória do pai.

A ameaça sangrenta do latifúndio continua a pairar sobre a região. Poucos dias antes do ato público, Sebastião Vieira da Silva, vereador do PMDB de Rio Maria, foi alvejado por dois tiros na porta de sua casa e por pouco não perde também a vida. Participou também um trabalhador todo enfaixado, coberto de escoriações e feridas causadas por golpes de faca: ele pedira suas contas na Fazenda Itacolomi, já mais ao norte, na região de Tucumã, e por isso fora agredido.

O deputado Aurélio Peres, operário de São Paulo mas conhecido da região, onde já esteve em 1980, após o assassinato do Gringo (outra liderança camponesa), atesta o avanço verificado no nível de consciência dos camponeses. "O desejo de fazer a reforma agrária - comenta Aurélio - é um negócio impressionante. Aqueles que já estão na terra não sairão tão fácil. Tenho a impressão de que, naquela região, a reforma agrária sai de qualquer jeito. E o governo da Nova República, que tem um compromisso de fazê-la, vai ter que arcar com ele, ou se dará mal".

Aurélio também se entusiasma com os lavradores com quem esteve. "Uma coisa que



A multidão diante da humilde residência do líder assassinado

## Ministério presta contas

Assim que soube do atentado que vitimou João Canuto, João Amazonas, presidente nacional do PC do B, enviou telegrama ao ministro Fernando Lyra, da Justiça, solicitando "medidas energéticas do governo para punir os mandantes e executantes, latifundiários e grileiros que desencadeiam a violência no campo e permanecem impunes".

Desta vez, contrariando a rotina longamente sedimentada sob o regime militar, e até hoje não suprimida, alguma coisa foi feita. Um telegrama respondendo a João Amazonas, "em atenção à denúncia formulada por Vossa Excelência referente ao assassinato de João Canuto", o Ministério da Justiça apresenta alguns fatos dignos de nota. Informa que o pecuarista Vantuir Gonçalves de Paula, o motorista Jurandir Pereira da Silva e Gaspar Roberto Fernandes, acusados da execução do crime, foram "presos pela polícia de Rio Maria" e "transferi-

me impressionou - diz ele - é a descoberta de líderes, às vezes semi-analfabetos, mas com um espírito de dirigentes extremamente solidificados. A região ainda vai gerar muitos Canutos".

**O PARTIDO DE CANUTO**  
No dia seguinte, o PC do B convidou seus militantes e amigos para uma reunião sobre a luta pela reforma agrária e a participação na Assembléia Constituinte. Mais uma vez ficou patente que o sangue de João Canuto não correu em vão: a reunião, realizada no cinema da cidade, lotou todas as cadeiras e ainda ficou muita gente de pé.

Evidenciou-se também a adesão maciça dos camponeses ao lançamento da candidatura de Paulo Fonteles para deputado Constituinte. Advogado de profissão, Fonteles foi durante longos anos advogado dos posseiros no Sul do Pará, antes de eleger-se para a

Assembléia Legislativa, firmando-se como merecedor do apoio dos camponeses e dos comunistas do Pará. João Canuto também era uma liderança de primeira grandeza no Sul do Pará, e o PC do B está empenhado numa campanha de filiação para preencher o claro que ele deixou. Um cartaz, com a fotografia do dirigente assassinado, chama os lavradores a ingressar no "partido de João Canuto".

Embaixo, figura uma reprodução da ficha de filiação de Canuto - desmentindo a falsa versão, veiculada por elementos ligados à Igreja e ao PT local de que Canuto não era membro do PC do B e os comunistas estariam se aproveitando de sua memória. Com isso o partido espera solidificar ainda mais suas raízes entre as massas do Sul do Pará, fincadas desde os tempos da gloriosa jornada guerrilheira do Araguaia.

## Camponeses criticam limitações dos planos

Os planos estaduais de reforma agrária, elaborados pelo Incra e recém-entregues ao presidente José Sarney, têm sido considerados insuficientes pelas direções do movimento camponês.

Na Bahia, por exemplo, a principal entidade interessada na questão, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), queixa-se de não ter participado da escolha das áreas a serem desapropriadas. O secretário-geral da Fetag, Aloísio Carneiro, ressalva que os técnicos do Incra local são sensíveis aos interesses dos trabalhadores, mas é enfático quanto à limitação do plano. Na sua avaliação, "o plano não atende à necessidade dos trabalhadores da Bahia, pois existem no Estado cinco ou seis vezes mais famílias sem terra para trabalhar".

O movimento popular baiano também denuncia a interferência do governo estadual, francamente prólatifundiário, colocando condições descabidas para a execução do plano. Aloísio considera que "a interferência dos governos estaduais nordestinos tem sido seríssima, principalmente do governador de Pernambuco. Quando o Incra afirma que vai desapropriar áreas improdutivas, os governadores saem em defesa dos latifúndios afirmando que são áreas produtivas".

Segundo a Fetag, até em áreas já desapropriadas os posseiros não têm segurança. Em Sarampo e Poxim, por exemplo, os próprios técnicos do Incra tiveram que pedir proteção policial, diante das ameaças feitas pelos mesmos grileiros que promoveram a "chacina de Sarampo" no ano passado.

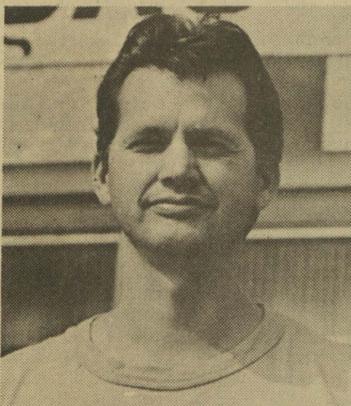
Mesmo assim, a Fetag tenciona participar efetivamente na aplicação do plano, junto com os Sindicatos, apontando as fazendas que devem ser desapropriadas e discutindo com os técnicos. "Nossa proposta - diz Aloísio - é que nenhum trabalhador rural fique sem terra para trabalhar".

### SUL DE GOIÁS NÃO ENTRA

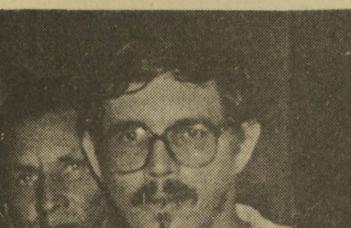
Divino Goulart, presidente eleito da Federação de Goiás (Fetage), também é cauteloso. "No momento - diz - não se pode afirmar se o plano regional foi bom, porque estamos interessados em saber onde serão assentados os trabalhadores, se será num local que tem estrutura, terra boa, ou num local sem condições para o trabalhador plantar".

Em Goiás as entidades vinculadas à questão participaram na elaboração do plano, o que tornou-o mais "razoável", segundo Divino. Mas o presidente da Fetage critica a não inclusão de municípios do sul do Estado como áreas prioritárias para efeito de desapropriação. E argumenta: "Muito embora não existam no sul os mesmos conflitos entre grileiros e posseiros, como ocorre no Norte, existe a tensão social devido à situação do bóia-fria, que não tem como viver e está sujeito à fome".

Divino informa que este ano está previsto o assentamento de 13.500 famílias em 28 municípios, no Meio Norte, Bico do Papagaio e Sudoeste Goiano, totalizando 48 mil hectares. Porém enquanto Sarney não assinar os planos regionais a Comissão Agrária, composta por três elementos da Fetage e três da entidade patronal, não poderá iniciar a definição das áreas onde serão assentadas as famílias. (das sucursais)



Divino: "Queremos saber os locais"



Aloísio: "Existem seis vezes mais sem terra"



O ato público foi na ponte que une a Bahia a Pernambuco

## Manifestação em Juazeiro-Petrolina contra juros altos

Mais de 5 mil pessoas participaram dia 15 de janeiro, na ponte Presidente Dutra, que liga as cidades de Juazeiro da Bahia e Petrolina (Pernambuco), numa manifestação de protesto contra o ato do Conselho Monetário Nacional que aumenta os juros agrícolas para 12%. O aumento atinge principalmente os pequenos e médios proprietários, que não suportarão o peso da nova taxa.

O protesto contou com a presença de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, produtores, entidades estudantis, associações de moradores, clube de diretores lojistas, Câmara Municipal, Prefeitura e partidos políticos. O PC do B distribuiu notas contra a medida governamental e fez pronunciamentos pelo rádio, ressaltando que a decisão do CMN se vincula com a ingerência do FMI na economia brasileira, cumprindo determinação dos banqueiros internacionais.

### CRÉDITO QUE SUFOCA

A opinião generalizada dos participantes no ato é que o aumento dos juros vai levar à falência os pequenos e médios produtores. Os pronunciamentos, com críticas enfáticas,

lembraram inclusive que o presidente José Sarney, quando esteve pela última vez em Petrolina e Juazeiro, fez poesia, dizendo: "Venho me aconselhar com as águas do Velho Chico, que nasce numa região rica e corre para uma região pobre". Os lavradores acreditam que o aumento dos juros só vai aumentar a pobreza da região; e aconselharam Sarney a revogar a medida do Conselho Monetário.

Apesar do policiamento ostensivo, os oradores fizeram pronunciamentos muitas vezes enérgicos, defendendo a mudança e a democratização do crédito agrícola, que deve ser aberto aos pequenos produtores.

A resolução do Conselho Monetário Nacional choca-se inclusive com um estudo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que conclui que os pequenos e médios produtores "não poderiam pagar juros reais de 12%". Segundo a Embrapa, uma mudança no crédito, desacompanhada de outras medidas, não vai melhorar a situação dos agricultores, e "uma política de crédito agrícola deve ser justificada sob vários aspectos, entre eles a inflação".

(da sucursal)

## Posseiros baianos sob ameaça invadem prédio do Incra

Um grupo de 30 posseiros de Corte Grande, no município de Prado, extremo sul da Bahia, invadiu na segunda-feira dia 20 a sede do Incra baiano, para forçar seu diretor, José Carlos Arruy, a apressar a desapropriação de mil hectares onde trabalha há 15 anos mais de cem famílias, totalizando cerca de 700 pessoas, inclusive 200 crianças.

Os posseiros afirmam que não suportavam mais a morosidade do Incra, pois desde 15 de agosto do ano passado a documentação nesse sentido chegou ao órgão. A área onde trabalham, hoje cobijada pelo grileiro Elói Magalhães Holtzgrafe, há 15 anos era terra abandonada. Hoje, produz cerca de 6 mil toneladas de alimentos, comercializados em Itamaraju. Dos mil hectares, 700 são cultivados.

Uma carta aberta dos posseiros denuncia a violência armada do grileiro, comandada pelos pistoleiros Firmino, Olain Antonio, Júlio e Paca: eles queimam casebres, derrubam cercas, fazem ameaças de morte, promovem tiroteios, ofendem mulheres e crianças. Nesse clima, obrigam os lavradores a assinarem, sob a mira de revólveres e carabinas, documentos onde declaram que estavam vendendo suas posses. Mais de 60 famílias foram postas para fora de suas glebas desta forma, na mais absoluta miséria.

Os trabalhadores repudiaram a omissão e até oposição do presidente do Sindicato local, Manoel Almeida dos Anjos. Quanto ao Incra, apontam a burocracia e morosidade existentes no órgão.

Pedro Almeida dos Anjos, membro do Conselho Fiscal do Sindicato e um dos coordenadores do movimento, afirma que se o Incra tivesse maior interesse em desapropriar a área, não ficaria cinco meses sem dar uma solução para o processo. Na sua opinião, o trabalho "não está bem efetuado", principalmente levando-se em conta a tensão reinante com a presença de oito pistoleiros em Corte Grande, dispostos a matar ou morrer.

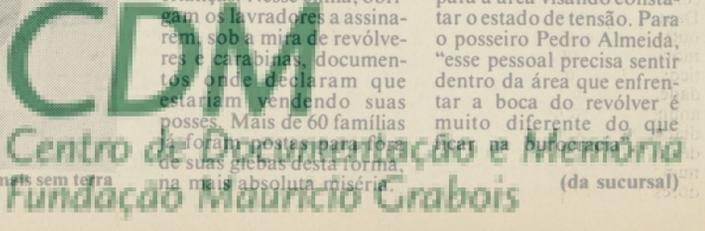
### A HORA DA VITÓRIA

Depois de quase um dia de negociações, com painéis, pratos e mantimentos espalhados pelos corredores do Incra, os posseiros conseguiram um acordo que satisfaz suas exigências. Uma comissão do órgão, formada pela coordenadoria, um agrônomo e outro funcionário, viajará para a área visando constatar o estado de tensão. Para o posseiro Pedro Almeida, "esse pessoal precisa sentir dentro da área que enfrentar a boca do revólver é muito diferente do que fica na burocracia".

(da sucursal)



Foto: Manuel Porto



### Dirigente da CUT recebe ajuda de Maluf

Em matéria de "combatividade", a CUT precisa dar uma batida nos seus quadros. José de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaruaçu e vice-presidente da CUT - Interior - 2, em São Paulo, pediu ter recebido Cr\$ 1 milhão de Paulo Maluf como ajuda para a construção da sede própria da entidade. O Sindicato funcionava até à sede do Sindicato Rural (Interior) e o mesmo José de Lima dizia que mantinha um bom relacionamento com os mineiros. Por ocasião da greve dos trabalhadores rurais da região, José de Lima fez severas críticas à atuação do governo Montoro, apontando com toda a razão a absurda intervenção da Polícia Militar, e espancou brutalmente os grevistas. Mas, surpreendentemente, o dirigente da CUT concluiu que o melhor governo estadual era o de Fernando Collor, do PDS. A valorosa categoria dos trabalhadores rurais do interior paulista, e em particular de Guaruaçu, deve discutir estas questões e tomar medidas para evitar que falsas lideranças conduzam o movimento a um beco sem saída.

**DEBATE NACIONAL SOBRE ABASTECIMENTO POPULAR**  
26 JANEIRO 1986



### Abastecimento popular vai à debate dia 26

A alimentação é uma questão essencial para um país como o Brasil, onde 60% da população é subnutrida. Para enfrentar este sério problema, o Ministério da Agricultura, através da Companhia Brasileira de Alimentos, está implantando o Programa de Alimentação Popular. E para ampliar a participação popular, no dia 26 de janeiro haverá em todo o país o Debate Nacional sobre Abastecimento Popular, com a presença de organizações populares interessadas no assunto. Alguns dos temas a serem discutidos no debate serão: Qual deve ser o papel e a contribuição das organizações populares e comunitárias na formulação dos programas e políticas de abastecimento popular? Qual o papel das organizações populares e comunitárias no efetivo repasse de alimentos aos programas oficiais de abastecimento popular e na garantia de sua continuidade? Qual o papel da constituinte frente à questão da alimentação e do abastecimento popular?

Para Anna Maria Martins, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores e ex-coordenadora do Movimento Contra a Carestia, enquanto não houver terra, trabalho e salários justos para todos, não acabaremos com a fome do povo. Mas enquanto isso não acontecer se faz necessário tomar medidas para diminuir a fome, entre elas a reforma agrária. Por isso também estamos dispostos a apoiar e colaborar na implantação do PAP.

### Chapa 1 vence eleição em Santa Isabel

No último dia 19, realizaram-se eleições para escolha da nova diretoria da Associação de Moradores de Vila Isabel, bairro popular de Curitiba (MT). Concorreram duas chapas. A Chapa 2 era formada pelas forças do atraso e contava com o apoio do deputado Wilson de Barros (parlamentar atualmente aliado ao sr. Brizola e que nas eleições municipais de 15 de novembro apoiou o derrotado PDS do malufista Júlio Campos). A chapa 1 concentrava as principais lideranças da região. O resultado final não surpreendeu ninguém. A chapa 1 obteve 1.651 votos, enquanto a articulação "direitista" ficou com apenas 30 votos. Logo após a apuração houve um animado carnaval, que contou com a presença do prefeito Dante de Oliveira e de várias outras lideranças destacadas do movimento popular e democrático. O novo presidente da entidade, o jovem Augusto, também anunciou algumas medidas imediatas da gestão, como a criação de um açougue que venda a carne a um preço acessível para os moradores. (da sucursal)

## Congresso discute a eleição da nova diretoria da Andes

Até o fechamento desta edição, os professores das universidades brasileiras, reunidos no Congresso da Andes, em Salvador, decidiram propor a suspensão imediata do pagamento da dívida externa. Na mesma discussão, os congressistas também aprovaram a posição de que o governo rompa o acordo com o FMI firmado pelo regime militar derrotado.

A abertura do V Congresso da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), no dia 19, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, teve a presença da presidente da entidade, Maria José; do ministro da Educação, Marco Maciel; do deputado federal Haroldo Lima, representando o PC do B; do presidente da União Nacional dos Estudantes, Renildo Calheiros; da presidente da Fasubra (Federação da Associação de Servidores das Universidades Brasileiras), Vânia Galvão; e do presidente da Associação dos Professores da Bahia, João Augusto Rocha. A solenidade de abertura teve o caráter de um ato político em defesa da universidade pública e gratuita.

### DEBATE POLÍTICO

Como estava previsto, um dos temas que gerou maior polêmica no Congresso, que se encerra no dia 24, foi a questão da conjuntura política. Até amanhã de quinta-feira, os congressistas já haviam decidido que a Andes deve participar ativamente da Constituinte congressual. A entidade deverá, inclusive, apresentar em breve uma proposta em defesa de um programa educacional que atende aos reais interesses da nação.

Por pequena margem de votos, algumas propostas setoriais e diversionistas da corrente petista também haviam sido aprovadas, como a posição de engajar na luta pelas eleições diretas para presidente da

República ainda este ano - que venceu por apenas 16 votos num congresso com 250 delegados. O encontro também se posicionou - por 20 votos de diferença - pela ratificação da Convenção 87 da OIT - instrumento legal da burguesia para dividir o movimento sindical.

### ELEIÇÃO NA ANDES

Ao encerramos esta edição, os congressistas iniciavam a discussão sobre a eleição da nova diretoria da Andes, em maio próximo, e articulavam as chapas que concorrerão ao pleito. Tudo indica que se inscreverão duas chapas. Uma identificada com a atual diretoria da entidade, vinculada ao PT, que deverá manter seu programa exclusivista que isola os professores das lutas pelo avanço da democracia no país.

A outra deverá abarcar um amplo leque de forças políticas, contando com a presença de respeitadas lideranças - como o professor pernambucano Paulo Rosas, o presidente da Apub, João Augusto, e o professor Joel da UFRJ. Esta articulação defende uma Andes autônoma e combativa. Propugna pela consolidação das conquistas democráticas e pelas mudanças exigidas pelo povo. Segundo João Augusto, a atual diretoria tem levado a entidade ao imobilismo e ao isolamento. "É preciso que a Andes se posicione claramente ao lado das forças que lutam pela ampliação das liberdades e pela consolidação das conquistas democráticas". (da sucursal)



Greve geral dos trabalhadores paulistas em 1917: primeiros passos no rumo da unidade sindical

## "Manter na CGT a luta pela unidade sindical"

No momento em que se discute a criação da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) no Congresso da Conclat, em março, é bom recordar a tradição de unidade do movimento sindical brasileiro. Nas suas históricas jornadas de luta, os trabalhadores sempre estiveram coesos na base, através de sindicatos únicos, e marcharam juntos sob o comando de centrais sindicais nacionais unitárias. Recuperar essa tradição, hoje abalada por iniciativas divisionistas, deve ser uma das aspirações dos que realmente estão comprometidos com o avanço das lutas dos trabalhadores.

Durante 30 dias, em julho de 1917, operários e trabalhadores grevistas tomaram a cidade de São Paulo. Era a primeira greve geral no Brasil. Trabalhadores campinenses foram assassinados. Foi sob a influência da Revolução Russa e em função da pequena experiência acumulada pelo trabalho inter-sindical que se fez a greve geral vitoriosa.

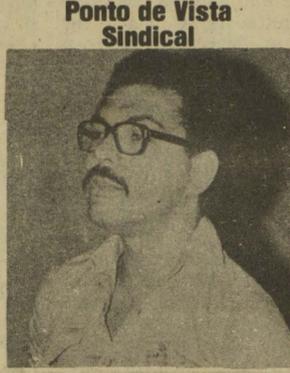
De fato, os congressos da COB (Confederação Operária Brasileira), o primeiro em 1906 e o segundo em 1913, foram os passos iniciais de uma articulação operária-sindical nacional, com a presença sempre destacada dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1919, os trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro decretaram por conta própria a jornada de oito horas semanais - aprovada pelo Brasil em Versalhes (em 1918) e encampada pelo III Congresso da COB em 1920. Nesse mesmo ano, marítimos decretam greve geral pela jornada de oito horas. Dezenas de prisões.

Mesmo após as primeiras medidas de Getúlio Vargas para liquidar a autonomia sindical (em 1931 é criado o Ministério do Trabalho), cresce a mobilização dos trabalhadores. Em 1934 é realizado um expressivo congresso nacional que resulta na fundação da Confederação Sindical Unitária do Brasil, fechada pelo governo em 1935.

Com o golpe fascista de 1937, o Ministério do Trabalho passa a intervir abertamente para liquidar representações legítimas dos trabalhadores. O MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), em 1945, retoma o sentimento nacional do sindicalismo para romper a estrutura vertical atrelada ao governo e aos patrões. Cria-se a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), fechada pelo general Dutra em 1946.

O Pacto de Unidade Inter-sindical, paulista, dirige importantes greves em 1953. Congressos sindicais nacionais fundam o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), em



**SÉRGIO BARROSO**  
Secretário do Sindicato dos Médicos de Alagoas e integrante da Coordenação Nacional da Conclat

1961. Uma central sindical representativa e unitária, porta-voz de bandeiras democráticas do movimento operário e camponês brasileiro, com presença marcante nas lutas salariais em todo o país. Dirige-se, em defesa da democracia, duas grandes greves gerais - dos ferroviários e marítimos. Teve defeitos, principalmente por não manter completa independência do governo. Foi fechada pela ditadura dos generais.

### CUT renega a luta histórica pela unidade

A tradição, pela raiz, de unidade e luta é a essência da formação do movimento sindical brasileiro. No entanto, nos últimos anos ela foi quebrada, conscientemente, por uma concepção ideológica-sindical, com a formação da auto-intitulada Central Única dos Trabalhadores, em 1983.

Desde então, a CUT procura fundamentalmente difundir o paralelismo sindical como parte integrante de sua visão plurisindical ("quanto mais centrais, melhor") importada. Subsidiada fartamente a dólares, via centrais sindicais de posição social-democrata e

ligadas ao imperialismo, divide o movimento sindical, renega a história da luta de classes no país e sua rica experiência de combates. Na verdade, alia-se a todo tipo de dirigentes sindicais "de carreira", pratica o sectarismo político doentio, fazendo ao mesmo tempo propaganda filosófica da Convenção 87 da OIT - instrumento criado pela burguesia para impedir a unidade dos trabalhadores. Visivelmente subordinada aos interesses de um partido, a CUT serve aos fins político-eleitorais do PT.

Assim, a CUT (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), criada em 1983, em Praia Grande, nasce defendendo a reunificação sindical. E agora, saindo do imobilismo, participa ativamente das lutas dos trabalhadores brasileiros (como na greve unificada em São Paulo), engaja-se com firmeza na luta pela reforma agrária, realiza um expressivo congresso de mulheres e prepara o Congresso de março de 1986 para reconstrução da CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Dois anos de tentativas pela reunificação orgânica do sindicalismo, todas inúteis, por um lado, e a intransigência a CUT no campo da divisão sindical e à margem dos reais anseios do povo, por outro, exigem uma tomada de posição de todos os sindicalistas comprometidos com os trabalhadores da cidade e do campo.

### CGT deve manter a bandeira da reunificação

A nova central sindical a ser criada terá que abraçar a bandeira da unidade sindical, mantendo alto a exigência da reunificação e das mudanças radicais na estrutura sindical. Deve expressar o conjunto de forças representativas do sindicalismo brasileiro. Ser independente e autônoma em relação a centrais sindicais estrangeiras, ao governo e aos patrões. Tem que apontar para a luta decidida contra o arrocho salarial, pela reforma agrária antilatifundiária, pelo combate radical a espoliação imperialista através da sangria da dívida externa. Defender a transição democrática pelas mudanças.

Na nova central sindical, não pode haver lugar para disputas mesquinhas. Só assim a CGT nascerá forte.



Empresas não cumprem acordo conquistado na greve do ano passado

## Vigilantes paulistas preparam nova greve para o próximo dia 3

No próximo dia 3 de fevereiro, os vigilantes de São Paulo deverão iniciar uma nova greve geral. A categoria, com mais de 70 mil trabalhadores no Estado, reivindica um piso salarial de Cr\$ 2.200 mil, jornada de trabalho de seis horas diárias, adicional de risco de vida de 30% sobre o salário, reposição salarial de 40%, produtividade de 10%, reajuste trimestral, estabilidade no emprego de um ano e outros itens.

A decisão de ir à greve foi tomada na assembléia do último dia 17. O grau de revolta dos vigilantes é elevado. Segundo Antônio Rodrigues Batista, ativista sindical, "a categoria está afiada, todo mundo quer parar". Um dos principais motivos desse descontentamento é o fato dos patrões desrespeitarem as conquistas da classe obtidas na greve de fevereiro passado. As empresas não cumprem o dissídio coletivo, não pagam os 100% de horas-extras, o piso salarial e ainda não depositam o dinheiro do INPS, do PIS e do FGTS. Em média, os vigilantes recebem apenas Cr\$ 758

mil de salário por mês, num trabalho duro e arriscado.

Segundo avaliação de Amauri dos Santos, assessor de imprensa da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de São Paulo, "a luta salarial deste ano promete ser das mais difíceis". O patronato está jogando pesado para enfraquecer a entidade classista e desmobilizar a categoria. Desde o ano passado as empresas não descontam na folha de pagamento as mensalidades dos sindicalizados com o único objetivo de destruir financeiramente a Associação.

Além disso, os empresários têm incentivado a formação de várias entidades para dividir os vigilantes. A recente criação dessas associações paralelas também está relacionada ao fato de que a categoria deve obter ainda neste trimestre a sua carta de reconhecimento sindical. "Nessa disputa pela carta sindical tem muito cacique e a categoria é quem sai perdendo", garante Batista, que completa: "O negócio agora é unir todo mundo para realizar a greve".

## Mineiros realizam greve em Sta. Catarina

Iniciada no último dia 13, a greve dos aproximadamente 10 mil trabalhadores nas minas de carvão de Criciúma, Lauro Müller, Urussanga e região, no sudeste de Santa Catarina, teve grande repercussão. Os mineiros exigiam um piso salarial de Cr\$ 2,5 milhões; abono de férias de Cr\$ 600 mil; antecipação trimestral de 15% em abril; reposição salarial de 30%; estabilidade provisória para os operários atingidos pela pneumoconiose (doença contraída nas minas); e mais 15% de produtividade.

As empresas mantiveram desde o início da luta salarial uma postura inflexível. Quanto

à estabilidade no emprego e à reposição salarial, nada ofereceram. E só aceitaram dar 4% de produtividade e uma antecipação de 10%. Toda esta intransigência apesar dos grandes prejuízos ocasionados pelo movimento paredista, conforme reconheceram os próprios empresários. Segundo Alvaro Catão, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão, com a greve as empresas do setor estavam perdendo diariamente cerca de Cr\$ 5 bilhões!

Os mineiros, que contam com uma antiga tradição de luta, demonstram muita firmeza nos seus propósitos. Nem

a ação repressiva da polícia os inibia. Mais de 300 soldados da PM foram enviados à região como reforço ao policiamento local, mas não conseguiram obrigar aos grevistas de todas as minas paradas a voltarem ao trabalho.

Só depois da intervenção dos soldados da Polícia Militar nos piquetes, na tarde de quinta-feira, dia 16, é que houve um primeiro recuo dos mineiros. Os operários da Carbonífera Próspera S/A (única empresa estadual na região, com cerca de 2.500 trabalhadores), violentamente agredidos, decidiram aceitar o acordo proposto pelos empresários.

# Exploração e morte na Cimento Portland Paraíso

Mais uma vez voltamos a denunciar as péssimas condições de trabalho que somos submetidos na Companhia de Cimento Portland Paraíso (Cimento Goiás). Somente no ano passado, quatro operários morreram vítimas de doenças, com fortes suspeitas de que estas mortes ocorreram em virtude da falta de condições de trabalho na empresa. A família dos mortos não receberam qualquer tipo de assistência. A CIPA, que existe, foi indicada pelos patrões numa eleição totalmente manipulada.

A diretoria do nosso sindicato é pelega. Chega ao ponto de propor aos funcionários com mais tempo de casa, que façam acordos com a firma e abram mão de seus direitos trabalhistas, ao invés de lutarem por eles.

Aqui nós somos 750 funcionários. No entanto, não existe um restaurante para nos atender, e a comida é de



péssima qualidade. A empresa é fora do perímetro urbano de Goiânia e só conta com três ônibus para transportar o pessoal. Em certas seções, como uma que tem 40 funcionários, só existe um copo para bebermos água.

A taxa de periculosidade, que deveria ser paga a todos os operários que trabalham com dinamite, só é paga a alguns poucos. Quanto à assistência médica, não poderia ser pior. O médico da firma, que deveria ficar em tempo integral para aten-

der às nossas necessidades, não cumpre um horário satisfatório.

A fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho é uma farsa. Isto porque o sub-gerente da firma, Alci Silva, é irmão do Iram Silva, que é o segundo homem na hierarquia da DRT em Goiás. Quando chega uma inspeção da DRT, ela não sai da diretoria...

A gente trabalha de 12 a 15 horas por dia, sem ao menos receber hora-extra. Quando ocorre de recebermos, como é prática nos dois últimos meses, as horas extras não constam da folha de pagamento para que não seja feito desconto da Previdência e nem do Fundo de Garantia.

Eis em síntese o que estamos enfrentando no Cimento Goiás. Esperamos que as autoridades competentes se sensibilizem diante de nosso drama. (Grupo de Funcionários da Cimento Goiás)

**D**enúncias de posseiros, de professores, de operários... As massas exploradas procuram caminhos para pôr fim à opressão de que são vítimas e contam, nesta página, suas vivências e preocupações. *Fala o Povo* é uma página aberta a todos os leitores da *Tribuna Operária*. Mande você também a sua denúncia, a sua opinião, a sua proposta para a construção de um Brasil melhor, democrático e progressista. A página é sua.



fala o POVO



## Professores revoltados com governador malufista

Os professores da rede estadual de Vila Bela, Cuiabá, depois de muito sofrerem com os atrasos dos seus salários, resolveram se unir e reivindicar uma política educacional voltada para os interesses do povo em geral. Em virtude do não pagamento dos meses de novembro e dezembro e do abono, no dia 5 de janeiro foi realizada uma assembléia que contou com a presença maciça de todos os professores, servidores (que também estavam com salários atrasados) e da população em geral. Após a reunião os professores decidiram ir até o posto bancário pedir explicações e descobriram que a folha de pagamento estava no banco desde o dia 23 de dezembro! Exigiram então que fosse feito o pagamento, pois já estavam

cansados de esperar pela boa vontade do governo anti-povo do sr. Júlio Campos seus comparsas. Pressionado, o gerente liberou o pagamento, após um telefonema.

Segundo o tesoureiro da Associação Matogrossense dos Professores, Rinaldo Ribeiro, "de agora em diante vai se assim. Quando notarmos que o governo está agindo com má fé, reuniremos todos os professores e vamos exigir que sejam cumpridos os compromissos assumidos e garantidos por lei. Com a união das classes exploradas, poderemos dar um basta nesta política desavergonhada do malufista Júlio Campos". (amigo da T.O. em Cuiabá-Mato Grosso)

## Padre Aragão contra posseiros

Durante uma viagem à cidade de Sobral, situado no Vale do Rio Acaraú, zona norte do Ceará, tive oportunidade de conhecer uma área em que os trabalhadores estão em conflito com um latifundiário. Eu estava acompanhando o advogado Clodoveu Arruda, que atua junto aos trabalhadores da região.

A localidade que visitamos chama-se Floresta e nela moram cerca de 20 famílias, algumas delas há quase um século. Ao chegarem na terra os primeiros posseiros plantaram vários cajueiros de onde tiram a castanha que juntamente com o milho e o algodão dão sustento às famílias. Nestes anos todos eles moraram na área, construíram suas casas e plantaram sem jamais serem incomodados pelos vigários da cidade de Santana do Acaraú. Segundo o atual vigário, Pe. Aragão, "as terras pertencem à Santana" e ele é apenas o guardião. Os trabalhadores pagavam somente uma parte da renda das castanhas ao vigário, que jamais se interessou em cultivar as terras.

Com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária o padre resolveu criar problemas, temendo

que as terras fossem desapropriadas. Passou então a cobrar uma renda maior, impediu que os moradores construíssem novas casas, chegou inclusive a mandar prender o lavrador Pedro Celestino, um dos líderes da Floresta. Agora quer cercar a área de plantio de roça para fazer uma plantação de cajueiros, deixando os posseiros sem terra para plantar. Ainda por cima deseja construir uma casa de repouso para que "os padres possam descansar com tranquilidade durante suas férias", segundo ele. Deseja então este "procurador de santos" repousar em cima do sofrimento do povo trabalhador.

Mas os camponeses não abrem mão das terras onde moram. Convocaram o advogado para uma reunião com todos eles, expuseram sua situação, resolveram fazer um relatório para o INCRA e solicitar a inclusão da Fazenda Floresta no Plano da Reforma Agrária. Estão dispostos a se organizarem e ver formas de melhor conduzir sua luta.

Durante a reunião, da qual participei, os camponeses fizeram relatos emocionantes e contundentes. O mais velho deles, conhecido



como "Zé Caboclo", nascido há 70 anos naquele local, chamou-me a atenção pela precisão de sua narrativa. Citava datas e lembrava o passado, como costumam fazer os velhos contadores de histórias do sertão nordestino. Chegou a dizer que seus pais haviam plantado os cajueiros e as árvores - "já têm raízes profundas e não podem ser arrancadas", da mesma maneira os lavrado-

res têm sua raízes naqueles terras e "também não serão arrancadas". O depoimento do velho posseiro ilustra a luta dos demais moradores da Floresta, muitos deles jovens que têm suas próprias famílias constituídas, e sua disposição em permanecer na terra onde nasceram e de onde retiram sua sobrevivência. (Inácio Carvalho, coordenador-geral da UJS-Ceará)

## Candidato do PFL é inimigo do povo de José de Freitas, Piauí

A finalidade desta carta é denunciar o candidato a Prefeito pelo Partido da Frente Liberal, ex-prefeito de José de Freitas, sr. Onofre Felinto Filho, que na sua gestão empregou quase toda a família e uma de suas "realizações" é sua "grandiosa" administração de uma construção de um açude em sua fazenda com máquinas e homens da Prefeitura. Agora, tempos depois, trabalhadores que ganham uma miséria por dia trabalhando para o burguês Onofre só não foram presos devido à providencial interferência do

srs. Francisco Farias, Presidente do PMDB local, e do sr. Antônio Carvalho, que pagam as "piabas". Motivo de toda confusão: os trabalhadores dão sua força de trabalho para o burguês Onofre e em troca não recebem o suficiente para uma refeição diária. Daí, devido à necessidade e à miséria foram pescar no açude do Barão, e se não foram presos devido a interferência dos srs. citados acima, mas o sr. Onofre falou que o próximo quem entrar no seu açude, ele processa (P.E.C.F., Teresina-Piauí)

## Colégio Agrícola merece mais atenção do governo de Goiás

Quero aqui apresentar a causa difícil de nossa sofrida existência aqui no Colégio Estadual Agrícola de Pedro Afonso, Goiás. Os alunos internos, que vêm de outras cidades distantes e Estados fronteiriços, são obrigados a pagar Cr\$ 80 mil por mês, sem direito ao desjejum e de certa maneira, retardando o crescimento de muitos jovens. Não podemos cultivar hortaliças ou outras maneiras que empregam a nossa técnica, a fim de gerar capacidade para suprir nossas necessidades em face da grande carga horária teórica.

Desde que assumiu o poder, o governador Iris Resende não deu sequer um centavo para manter o bom funcionamento deste estabelecimento do ensino, como

também não forneceu sementes, adubos e implementos agrícolas para que pudéssemos acompanhar a técnica agrícola do país. Se não fosse o bom quadro de professores que temos na atualidade e alguns funcionários, o colégio já tinha falido. Não é apenas a má qualidade da alimentação que nos penaliza, mas também as péssimas condições do dormitório e do sistema hidráulico.

Entre os dias 6 e 9 de dezembro, não tínhamos sequer uma semente de feijão para ingerir, e tivemos que caminhar 2 km. até a cidade para nos alimentarmos suplicando pão às famílias de bom coração, como a nossa professora Marlene Pires. (Gringo, Pedro Afonso, Goiás)

## CCO-SP saúda as trabalhadoras

O Centro de Cultura Operária de São Paulo enviou ao Congresso nacional da Mulher Trabalhadora sua saudação através dos versos do presidente da entidade José Duarte:

*Vossa coragem trás a todos nós orgulho  
Todas saúdam a bravura de vossos feitos  
Com a luta varreremos da Pátria, as injustiças, o entulho  
Que esbulham vossos sagrados e justos direitos*

*Uní-vos mulheres, de todas as raças e crenças,  
Pra conseguir direitos a todos iguais  
Remover entre mulheres e homens diferenças,  
Nas fábricas, nos campos, parlamentos e tribunais*

*Coragem, audácia óh mulheres sempre avante,  
No horizonte grande clarão se cria  
Nasce o sol da liberdade intenso, brilhante  
Anunciando que amanhã será um novo dia*

*Viva a liberdade  
Viva a democracia  
Viva o Brasil, progressista e independente!*

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.  
Telefone: 36-7531 (DDD 011)  
928-0113/233 TLOBR  
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira  
Conselho de Direção: Rogério Azeiteiro, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.  
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Azeiteiro, 2º andar sala 32 - CEP 69000.  
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.  
AMAZONAS - Manaus: Rua Simão Botivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.  
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1413 - CEP 44100.  
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Iapetitinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (pré-dio da antiga Cimes) - CEP 43700.  
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.  
Goiás - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.  
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.  
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo

Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29000. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.  
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71190.  
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.  
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.  
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.  
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.  
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.  
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.  
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000.  
Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.  
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.  
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Danias Barreto, 5, 1º andar - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.  
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.  
RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andra Neves 1589,

sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.  
RJ - IJUI: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.  
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroso, 33, sala 319 - CEP 26000.  
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.  
SAO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 75000. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Vilela, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 13560. Taubaté: Rua Antônio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilela, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.  
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 260 mil  
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 130 mil  
 Semestral (26 edições) Cr\$ 130 mil  
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 65 mil  
 Trimestral (13 edições) Cr\$ 33 mil  
 Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

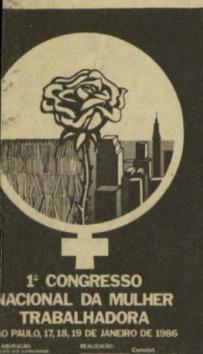
Profissão: .....

Data: .....

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# As trabalhadoras soltam o verbo



Um dos momentos de maior força e de maior carga emocional do I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora foi o relato das experiências de vida e de luta das delegadas. Cada uma dessas histórias é uma denúncia viva das diversas formas de opressão que a mulher enfrenta no seu dia-a-dia em casa, no trabalho, na sociedade.

Cada relato tem a sua particularidade. A soma deles forma um rápido quadro da discriminação da mulher brasileira. Apesar da diversidade repete-se em todos os casos o

co comum da opressão e o da resistência. Neste Congresso as trabalhadoras demonstraram surpreendente compreensão de que deviam tomar posições pre todas as questões políticas do momento. E a aprovação "Carta de Princípios" (veja ao lado), fruto de um intenso bate, prova isso. Ao mesmo tempo, elas queriam falar, falar para fora seus problemas. Como afirmou uma delegada de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ulu Jacinto, em Alagoas, "se eu não falar me arreboro. Preciso botar essa minha agonia prá fora". Selecionamos alguns desses depoimentos. O espaço não permitiu que publicássemos todos. Mas através deles procuramos saudar a mulher trabalhadora brasileira.

## “Meu marido desejou que eu morresse na viagem para cá”

G.D. - ativista de base da Associação de Professores de 1º e 2º Grau de Rondônia. Casada, mãe de 5 filhos, tinha acabado as trompas há 17 dias e ficou 52 horas, de ônibus, para participar do Congresso. "Fiz esse sacrifício porque acho que as mulheres precisam se organizar. Meu companheiro não queria aceitar minha evolução política. Eu resolvi voltar a estudar, estou fazendo História. Sou diretoria de minha entidade há apenas duas diretorias. E a categoria é de 90% de mulheres.

Decidimos fazer uma chapa de oposição com mais mulheres. Daí veja a importância deste Congresso.

"Sempre que eu participo de qualquer coisa meu marido me agride, inclusive fisicamente. Já me bateu diversas vezes. Quando resolvi vir para o Congresso ele desejou que eu morresse na viagem. Não dá mais prá agüentar. Agora vou me separar dele e lutar por meus filhos. E não vou deixar de participar da luta".

## “As bancárias são um objeto para atração dos clientes”

Maria José Muniz, 28 anos, casada, presidente do Sindicato dos Bancários do Acre.

"Na verdade a Associação dos Bancários que nós fundamos ainda não recebeu a carta sindical. Mas a diretoria já foi referendada em assembléia pela categoria. Na categoria existem 52% de mulheres. Na diretoria da entidade são apenas duas.

"As bancárias, particularmente nos bancos privados, são um verdadeiro objeto para atração dos clientes. Têm que estar sempre bonitas, maquiadas, sorridentes. As trabalhadoras do Bradesco são consideradas como prostitutas. As grávidas são logo demitidas.

"Vim a este Congresso porque senti a necessidade de ter uma entidade forte e combativa para encaminhar a luta da categoria, particularmente das mulheres, mais marginalizadas".

## “O encarregado deu um murro na mulher e furou o olho”

Maria José Albuquerque, casada, casada pela segunda vez, três filhos, metalúrgica da Madeglas, em São Paulo.

mulher e acabou furando um olho.

"Meu marido também acha que mulher casada só pode ir do serviço prá casa. Ele não quer que eu tenha liberdade, quer mandar nas pessoas. Tivemos uma briga quando eu decidi vir ao Congresso. Mas eu vim porque só assim as mulheres vão tendo consciência de classe e despertando para a luta".

## “Me sinto feliz de lutar em defesa dos agricultores”

Margarida dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Grande, em Sergipe, e diretora da Fetase.

bóias-frias. Eu sou posseira. Me sinto feliz de lutar em defesa dos trabalhadores, da minha classe. Também luto para livrar as mulheres do machismo que ainda existe.

"Em todos os filhos que tive fui muito mal tratada na maternidade. Trabalhava até a hora do parto. E pouco dias depois tinha que voltar prá roça, trabalhar prá viver. Hoje o hospital melhorou".



## Carta de Princípios

Publicamos abaixo o texto integral da Carta de Princípios aprovada por unânime aclamação pelas congressistas, que resume as principais teses debatidas e aprovadas no I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora.

O I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, que reuniu 3 mil delegadas de todo o Brasil, significa um marco histórico no avanço e consolidação do movimento de mulheres, do movimento sindical e da democracia em nosso país.

Vitória das mulheres, expressa a elevação do nível de consciência das brasileiras na luta contra todas as formas de discriminação no lar, no trabalho e na sociedade.

É uma demonstração efetiva de nossa disposição em construir uma nação livre, soberana e democrática.

É também o reconhecimento por parte dos trabalhadores, representados na Conclat, de que a nossa emancipação é fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Nós, trabalhadoras, reafirmamos nossa disposição de lutarmos pelo reconhecimento dos nossos direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs:

- as nossas lutas fundamentais são pelo trabalho, pelo salário igual, pela posse da terra pela mulher, pela creche, pelo direito de termos os filhos que quisermos, pelo direito à saúde, à educação e à participação em todos os níveis;
- a especificidade feminina, relacionada com nosso papel na reprodução humana, deve ser uma realidade assumida por homens e mulheres. A maternidade é função social;
- cada vez mais ocuparemos nossos espaços através da organização das comissões e departamentos femininos, nas direções sindicais, incluindo nas pautas nossas reivindicações e exigindo tratamento

igual às outras questões trabalhistas. Lutamos pela construção de uma central sindical única;

- a reforma agrária antilatifundiária é fator decisivo para as mudanças necessárias no país. A questão agrária brasileira é prioritária. Supõe-se uma reforma agrária corajosa e profunda. Acabar com o latifúndio é abrir caminho para o fim da fome, da miséria e do desemprego e da violência no campo;

- o resgate da soberania nacional é decisivo para o progresso econômico e social; exigimos a suspensão imediata do pagamento dos juros e da dívida externa. Estes recursos devem ser aplicados na criação de empregos, saúde, educação e creches;

- a Constituinte, a grande batalha do povo brasileiro neste momento, terá a nossa participação. A nova Constituinte, que deverá ser um reordenamento jurídico-social brasileiro, para ser democrática, exige a participação de todos os setores da população. Nós, mulheres trabalhadoras, estaremos presentes com nossa voz e nossa luta, nas grandes questões nacionais, bem como em nossas questões específicas, parte integrante da questão nacional;

- lutamos pelo direito à vida. É urgente conter a corrida armamentista, bem como garantir respeito à autodeterminação dos povos;

Esse I Congresso veio fortalecer a nossa unidade e a nossa consciência de que transformar é possível. Construiremos o novo homem, a nova mulher e um novo Brasil.

Viva a mulher trabalhadora brasileira!

Foto: César Diniz



## “As costureiras são revistadas, tratadas como possíveis ladras”

Maisa Gomes da Luz - costureira da Blumen, no Rio de Janeiro. Veio como observadora porque o sindicato não tinha condições de mandar mais gente.

"Nós, costureiras, sofremos toda sorte de perseguições. Somos revistadas diariamente na hora da saída, ficamos seminuas. Muitas vezes temos que retirar até o modess. Como se desse para esconder alguma coisa.

"Somos obrigadas a fazer serão sob ameaça de demissão. Enquanto os donos das confec-

ções ficam cada vez mais ricos, eu, que trabalho desde os 12 anos, recebo Cr\$ 880 mil por mês.

"Na minha categoria as mulheres ainda andam distantes das lutas. Às vezes fico meio desanimada de participar. Mas um Congresso como esse me anima. É uma experiência muito grande que vou levar para as portas de fábrica, para mudar a desigualdade salarial. Vou me empenhar nesta área, onde a exploração é muita. Só falta amarrar a gente no posto e chicotear".

## “O Congresso foi um marco importante na luta da mulher”

Elizabeth Tortolano, diretora do Sindicato dos Serviços de Água e Esgotos de São Paulo.

"As teses abordam os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros, particularmente pelas mulheres.

"Ocorreram inúmeros problemas para que a mulher pudesse participar deste Congresso, assim como existem problemas para que possam participar de seus sindicatos,

partidos políticos etc.

"Foi um marco importante na luta da mulher, um passo na luta em conjunto com outros segmentos da população para alcançar a independência do país e um regime social mais avançado.

"Há a necessidade de manter a mobilização alcançada, ampliar a organização das mulheres através da realização de novos encontros estaduais e da continuidade do trabalho de base".



Foto: César Diniz

## “Fui obrigada a pegar em arma para defender minha vida”

Otilia Maria da Silva, 43 anos, mãe de 7 filhos, veio representando o Pólo Sindical da Zona Cacaueira, na Bahia. Posseira, está no movimento sindical desde 1959. "Em 1964 começamos a sofrer grandes dificuldades. Começamos a gritar a terra e a gente teve que enfrentar. Várias vezes fui corrida por latifundiário e fazendeiro.

"Ser mulher lá é duro. Os filhos, desde os 6 meses, ficam

em casa sozinhos, não tem quem cuide. Só se come três dias por semana, o resto é banana verde. Já fui obrigada a pegar em arma prá defender a minha vida e a de meus filhos. Vim aqui, com a ajuda da Fetag-Ba, para falar dessa violência no campo. Na Constituinte é preciso saber em quem votar. Chega de votar no anel. É preciso escolher os homens de trabalho e de luta e que defendam o interesse das lavradoras também".

## “Nos consideram pouco capazes para dirigir um sindicato”

Alice Mazzuco Portugal - presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Bahia.

"Este Congresso garantiu a participação com destaque da mulher na CGT que será criada em março. As resoluções trouxeram subsídios ao processo de preparação da Constituinte, levando os anseios das mulheres trabalhadoras.

"Sou militante sindical desde 1980 e as dificuldades da mulher são muitas neste setor. Somos consideradas pouco inteligentes e emotivas para ocupar cargos de destaque nas entidades. Muitos sindicalistas ainda consideram que sindicato não é coisa de mulher. No Congresso da Conclat, em 1983, eu fui a única mulher a intervir.



Foto: César Diniz

"Hoje o avanço é grande. E um congresso como este tem que cacife para mudar o quadro".

## “Comerciária para ter emprego não tem direito à maternidade”

Terezinha Weiler, 24 anos, comerciária de Ijuí, Rio Grande do Sul.

"Notamos que ainda é muito pequena a participação das mulheres nas entidades sindicais. E não é por acaso.

"Nós, comerciárias, sofremos uma série de problemas. Em Ijuí muitas vezes não tem a

carteira assinada e ganham menos que o mínimo. Antes de começar o trabalho é preciso fazer teste de gravidez. É quem casa é em geral mandada embora. Precisamos lutar por muita coisa, como creche, redução da jornada de trabalho e o fim de todo tipo de discriminação que sofremos".

## “As mulheres pensam muita coisa mas não falam de seus problemas”

Adarme Rodrigues, 5 filhos, delegada de base do Sindicato de Conservação e Limpeza de Curitiba, Paraná.

"Na verdade eu entrei para o sindicato porque tem médico, dentista, assistência para as crianças. Depois comecei a ir mais lá e participar.

"Acho que valeu a pena o esforço para vir. Deixei os 5

filhos com o marido, ele me deu uma força. Achei importante estar no Congresso porque as mulheres pensam muitas coisas mas não falam. É difícil a gente discutir essas coisas que estão falando aqui.

"É muito importante que as mulheres possam discutir. E vamos ver se unidas melhora nossa situação".

## “Os lavradores enfrentam uma brutal violência no campo”

Maria Rita Fernando Figueiredo, 28 anos, vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

"Foi uma luta muito sacrificada para a gente chegar até este Congresso. Fizemos um esforço muito grande.

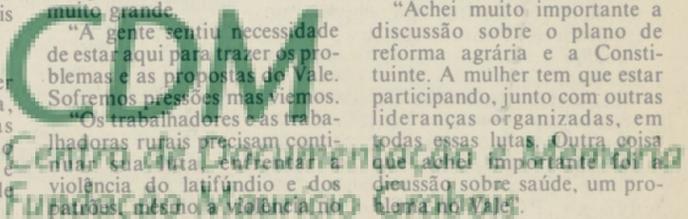
"A gente sentiu necessidade de estar aqui para trazer os problemas e as propostas do Vale. Sofremos pressões mas vimos.

"Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais precisam continuar qualifitando a luta e a violência do latifúndio e dos latifúndios, mesmo a violência no campo".

sentido político, que é muito grande.

"Nós lá temos o problema dos assalariados do café. As empresas não oferecem as mínimas condições para um trabalho decente, nem transporte nem salários dignos. E as mulheres ganham ainda menos.

"Achei muito importante a discussão sobre o plano de reforma agrária e a Constituinte. A mulher tem que estar participando, junto com outras lideranças organizadas, em todas essas lutas. Outra coisa que acho importante é a discussão sobre saúde, um problema novo".





O I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora reuniu delegações de todos os Estados, num clima de intenso debate, alegria e unidade. Acima, cena da plenária final.

# Um congresso histórico



A mulher trabalhadora brasileira deu uma demonstração de sua força, determinação e capacidade de mobilização. Realizou seu I Congresso Nacional, reunindo delegadas de todos os Estados brasileiros, num total de mais de 3 mil participantes, superando mesmo as expectativas mais otimistas dos organizadores do evento. O Congresso pronunciou-se contra a discriminação da mulher em todos os campos, pela reforma agrária antilatifundiária, pela suspensão do pagamento da dívida externa e por uma Constituinte com participação feminina que contemple as reivindicações das mulheres, principalmente as trabalhadoras, e do povo.

No sábado pela manhã as delegadas já eram mais de 2.300, representando 2 confederações, 26 federações, 240 sindicatos urbanos, 83 sindicatos de trabalhadores rurais e 92 associações profissionais, num total de 442 entidades.

Quem assistiu a abertura já podia ter uma idéia do peso que o Congresso iria ter. Ônibus lotados, com faixas anunciando delegações de diversos Estados, mesmo os mais longínquos como Acre e Rondônia, não paravam de deixar mulheres na porta do Palácio das Convenções do Anhembi.

Lá dentro, enquanto esperavam o início do ato, as trabalhadoras agitavam bandeiras da Conclat e gritavam palavras de ordem combativas contra o FMI, pela reforma agrária, pela participação da mulher na Constituinte. Um desses slogans resumia o sentimento de todas: "Nossos direitos vêm / se não vêm nossos direitos o Brasil perde também".

Compondo a mesa, a deputada Ruth Escobar representou o presidente José Sarney. Também presentes o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, membros da executiva da Conclat, representantes dos Conselhos da Condição Feminina de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O presidente do PC do Brasil, João Amazonas, foi ovacionado pela platéia ao ter sua presença anunciada. Na plenária final compareceram os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Cultura, Aloísio Pimenta.

Durante todo o dia de sábado as delegadas e observadoras fizeram depoimentos sobre suas experiências de vida e de luta (veja pág.9) e debateram as teses apresentadas pela comissão organizadora.

## DISCUSSÃO POLÍTICA

Houve polêmica quanto à questão da dívida externa e o processo de criação do departamento feminino da CGT. A luta pela reforma agrária antilatifundiária, a participação da mulher nas entidades sindicais e na Constituinte bem como as reivindicações de cunho trabalhista como igualdade de salário, creches nos locais de trabalho e outras foram aprovadas por aclamação.

A questão da dívida externa criou uma polarização entre dois blocos. Um deles, amplamente majoritário e vitorioso, defendia a tese do Congresso de suspensão do pagamento. As sindicalistas ligadas ao PC do Brasil apoiaram firmemente esta tese. O outro bloco,

favorável à renegociação, reuniu menos de um terço da plenária.

O Congresso foi taxativo quanto à necessidade de se criar departamentos femininos nas entidades sindicais, inclusive na CGT a ser fundada em março. Após muita discussão sobre o encaminhamento da proposta, chegou-se a uma solução de consenso; será mantida a coordenação nacional que organizou o Congresso; e esta coordenação será ampliada por decisão de cada Estado de acordo com os critérios de proporcionalidade da Conclat.

O nível de politização das intervenções surpreendeu inclusive veteranos sindicalistas e políticos. As congressistas, mesmo as analfabetas ou as que mal sabiam assinar o nome, foram capazes de defender com garra e coerência a reforma agrária, a participação da mulher na Constituinte ou a suspensão do pagamento da dívida externa.

## SALTO DE QUALIDADE

O movimento de mulheres deu um salto de qualidade, amadurecendo a compreensão de que as trabalhadoras devem assumir a vanguarda da luta pela emancipação feminina. Operárias, lavradoras, donas de casa, ativistas do movimento democrático somam forças para desbravar caminhos e conquistar as reivindicações mais sentidas das massas femininas.

O movimento sindical também saiu fortalecido, uma vez que o Congresso foi um forte estímulo à participação das mulheres nas entidades sindicais e para sua presença no congresso da Conclat em março.

Predominou ainda a participação de associações profissionais e sindicatos de serviços. No entanto a participação de sindicalistas operárias e camponesas foi muito significativa. Particularmente se levamos em conta da pequena participação de mulheres trabalhadoras no Congresso da Conclat em 1983, quando apenas uma sindicalista falou na plenária.

Trata-se agora de organizar essas mulheres para que tenham uma presença marcante no sindicalismo brasileiro, inclusive na direção da CGT, e para que a voz das trabalhadoras seja ouvida com força também na Constituinte, dando um passo adiante na alteração das leis que discriminam a mulher no trabalho, na sociedade e na família, abrindo espaço para que ela ocupe o lugar que lhe cabe na decisão dos destinos do país.

(Olívia Rangel)



A bancada da Bahia num momento de descontração

## Todo apoio à CGT

A criação da nova central sindical no próximo congresso da Conclat em março, foi saudada com entusiasmo. Havia consenso, expresso nas intervenções, quanto à necessidade de criação de uma central sindical unitária, combativa, capaz de mobilizar as diversas correntes do movimento sindical.

O I Congresso da Mulher Trabalhadora provou que as mulheres têm capacidade política e maturidade para ocupar postos de destaque nas entidades sindicais, inclusive na CGT. O número de participantes e o alto nível das intervenções das delegadas sobre questões fundamentais da política nacional constituíram uma prova irrefutável dessa verdade. Conclat

das de que abriam com luta e muito esforço um espaço que têm de garantir, as congressistas receberam o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, gritando uma palavra de ordem que mobilizou toda a plenária: "Agora tem que ter/mulher na CGT".

Ficou definido também que o papel dos departamentos femininos é o de atrair as mulheres de cada categoria para atuar no sindicato. E ao mesmo tempo incorporar as reivindicações femininas nos dissídios coletivos para que sindicatos e trabalhadoras defendam também os direitos da mulher trabalhadora, contribuindo para o avanço de todo o movimento sindical brasileiro.

## Imprensa boicota mulheres

A imprensa burguesa escrita boicotou totalmente o Congresso da Mulher Trabalhadora convocado pela Conclat. Antes do evento os jornais ainda publicaram algumas linhas sobre o assunto. Mas nos três dias que o encontro durou o "Estado" e a "Folha de São Paulo" omitiram desavergonhadamente que mais de 3 mil trabalhadoras se reuniam na cidade para apresentar propostas da maior importância para o sindicalismo brasileiro e os rumos da nação.

Não foi por falta de espaço e sim uma atitude deliberada. Haja vista que o corte de barba do prefeito Jânio Quadros ocupou a primeira página da Folha de São Paulo poucos dias antes. E nos dias do Congresso o "Estadão" preferiu dar destaque a uma possível reunião de dirigentes da CUT com uma autoridade governamental.

O fato é que esses jornais não tinham nenhum interesse em divulgar uma promoção do vulto da Conclat, muito menos as vésperas da criação da CGT. A presença dos comunistas também contribuiu para que a má-vontade dos defensores do patronato crescesse.

A "imparcialidade" da chamada grande imprensa foi desmascarada. O que valia mesmo, como disse Goebels, era a versão. Ou a falta dela...

## Jânio Quadros e provocadores investem contra trabalhadoras

Inconformados com os rumos do Congresso e com o clima de organização e tranquilidade dos trabalhos, setores da direita fizeram de tudo para criar tumulto e dificultar ou impedir sua realização.

O prefeito de São Paulo, sr. Jânio Quadros, deu início à campanha contra os sindicalistas. Nenhum recinto pertencente à Prefeitura foi cedido para o Congresso. Sob sua orientação, o secretário municipal dos Transportes também recusou-se a ceder ônibus para transportar as delegadas dos hotéis para os locais das plenárias. Três dias antes do evento Jânio convocou a coordenação nacional para "avisar" que o Anhembi não seria cedido para a abertura. Ao receber a informação que o Palácio das Convenções fora alugado e não cedido teve que se render.

O incidente mais grave, no entanto, ocorreu quando um senhor armado aproximou-se das pa-

racas que vendiam rádios de propaganda do PC do B e as re- "Retrato do Brasil Afinal". Identificaram-se como "promotores espetáculos" exigiu os vendedores se retirassem. Estes se recusaram a atender, argumentando que o recinto tinha sido alugado.

O provocador aproveitou-se então como membro da Rota e passou a agredir fisicamente os vendedores das revistas. Eles chegaram a pedir ajuda à polícia para retirar barracas à força. Mas a pressão das mulheres exigiam que ele engasgasse a arma e gritasse "cadeia, cadeia", ele desarmado pelos policiais. As congressistas exigiram e conseguiram que ele fosse levado a investigações. O tumulto não se espalhou, sim a maturidade das trabalhadoras, mais interessadas em concluir sua tarefa. E o Congresso prosseguiu, sob a proteção dos seus defensores.

